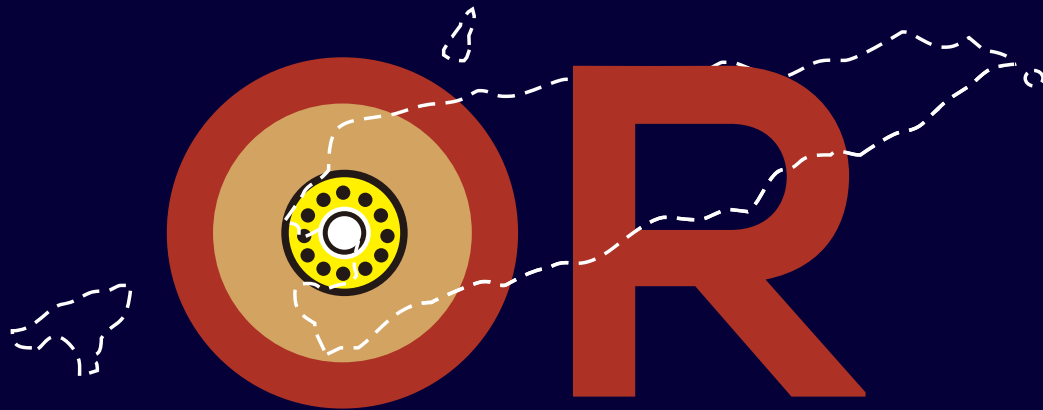




IX GOVERNO CONSTITUCIONAL



ORÇAMENTO RETIFICATIVO 2023

CONSOLIDANDO E TRANSFORMANDO A PRESTAÇÃO DE
SERVIÇOS ATRAVÉS DA MELHORIA DO SISTEMA DE GESTÃO E
DAS ESTRATÉGIAS DE INVESTIMENTO



RELATÓRIO

Conteúdo

2.1: Sumário executivo.....	4
2.2: Política Orçamental e Panorama Macroeconómico	6
2.2.1 Política orçamental	6
2.2.2 Visão Macroeconómica.....	8
2.3: Política Orçamental e Prioridades Governamentais.....	15
2.3.1 Prioridades e Medidas Governamentais para 120 Dias	15
2.3.2 Análise Comparativa do Orçamento Retificativo	19
2.3.3 Dotações orçamentais de 2023 para os municípios	21
2.4: Despesa.....	22
2.4.1 Análise de despesas para o primeiro semestre do orçamento de 2023	22
2.4.2 Justificação do Orçamento Retificativo.....	25
2.4.3 Mudanças na Estrutura do Governo	26
2.4.4 Estratégia orçamental do Orçamento Retificativo	27
2.5: Receitas e Riqueza Petrolífera	32
2.5.1 Receitas Domésticas.....	32
2.5.2 Receitas Petrolíferas e Fundo Petrolífero.....	33
2.5.3 Riqueza Petrolífera e Cálculo do RSE.....	35
2.6: Financiamento	36

Parte 1: Discurso do Primeiro-Ministro

Parte 2: Descrição e Análise do Orçamento Retificativo

2.1: Sumário executivo

O IX Governo Constitucional de Timor-Leste está empenhado na continuação do crescimento económico sustentável e de qualidade, na redução da pobreza e na prestação de serviços com eficiência e eficácia a todos os cidadãos.

Para cumprir estes objetivos, o programa quinquenal (2023-2028) é guiado por seis princípios fundamentais, nomeadamente:

1. Reafirmar o Estado Democrático de Direito
2. Desenvolver mais o capital social
3. Avançar com o desenvolvimento de infraestrutura
4. Melhorar o crescimento económico
5. Fortalecer a Consolidação do Estado
6. Promover a Boa Gestão e Combater a Corrupção

Este Orçamento Retificativo apoiará estes objetivos através da melhoria da eficiência da despesa pública, assegurando que o orçamento esteja melhor alinhado com os objetivos do Governo e assegurando que a política orçamental do Governo apoia a prosperidade económica e melhora os padrões de vida. O Orçamento Retificativo efetua também ajustes nas dotações orçamentais, decorrentes da alteração da estrutura do Governo, cuja competência cabe ao Parlamento Nacional.

A Tabela 2.1.1 apresenta a tabela fiscal do Orçamento do Estado Retificativo de 2023. Este Orçamento Retificativo reduz o montante da despesa do Orçamento Geral do Estado de 2023 de US\$2,16 mil milhões para US\$1,96 mil milhões. A secção relativa à despesa do presente relatório apresenta detalhes sobre as funções e finanças de todos os novos ministérios e unidades. A secção apresenta também uma lista completa de todos os ministérios, secretarias de Estado e unidades que foram dissolvidos, fundidos ou sofreram outras alterações significativas.

	Orçamento original 2023	Orçamento Retificativo 2023
Despesas totais pelos subsetores	2.155,72	1.960,48
Administração Central	1.800,00	1.633,00
RAEOA	120,00	83,76
Segurança Social	235,72	243,72
Despesas totais (incluindo empréstimos) - Administração Central	1.800,00	1.633,00
Despesas totais (excl. empréstimos) - Administração Central	1.725,89	1.598,00
Despesa Corrente	1.470,31	1.351,91
Salário e Vencimentos	427,22	432,63
Bens e Serviços (incluindo HCDF)	388,98	349,74
Transferências Públicas	654,11	569,54

	Orçamento original 2023	Orçamento Retificativo 2023
Despesa de Capital	329,69	281,09
Capital Menor	53,37	49,57
Capital e Desenvolvimento (incluindo Infraestrutura e empréstimos)	276,32	231,52
Receita	665,05	669,55
Receita Doméstica	174,90	179,41
Rendimento Sustentável Estimada (RSE)	490,15	490,15
Saldo orçamental	(1.134,95)	(963,45)
Financiamento do déficit	1.134,95	963,45
Levantamentos acima do RSE	855,94	718,05
Saldos de caixa	200,00	200,00
Empréstimos/Empréstimos	74,11	35,00
Apoio Orçamentário Direto	4,90	10,40

Tabela 2.1.1: Tabela orçamental (\$m¹)

Fontes: Direção Nacional de Orçamento, Direção Nacional de Política Económica, Gabinete de Política e Gestão do Fundo Petrolífero, Ministério das Finanças, 2023

A tabela abaixo apresenta o teto para o Orçamento Retificativo discriminado por subsectores. A tabela também fornece a parcela dos gastos da Administração Central que deve ser financiada pelas Receitas Petrolíferas e Não Petrolíferas. Em comparação com o Orçamento original de 2023, há uma redução de US\$195 milhões no teto total do Orçamento, com uma redução de US\$36 milhões no orçamento da RAEOA e uma redução de US\$167 milhões no orçamento da Administração Central. O total agregado inclui uma transferência de US\$75,9 milhões da Administração Central para a Segurança Social. Esse valor está incluído nas despesas de US\$1,63 mil milhões orçamentadas na Administração Central. O valor consolidado exclui, portanto, este valor.

Tabela 2.1.2: Orçamento Retificativo por subsector, (\$)

Subsectores	Teto (USD)
Administração Central	1.633.000.000
Receitas Petrolíferas	1.208.194.889
Receitas Não Petrolíferas	424.805.111
Segurança Social	243.715.306
Transferência da Administração Central	75.860.306
Receitas próprias do INSS	55.105.000
Receitas próprias do FRSS	112.750.000
RAEOA	83.762.112
Transferência da Administração Central	0
Receitas próprias da RAEOA	83.762.112

¹Todos os números relativos a receitas e despesas neste documento, são apresentados em US dólares.

Subsetores	Teto (USD)
Total Agregado (Administração Central + SS + RAEOA)	1.960.477.418
Total Agregado (Administração Central + SS (sem FRSS) + RAEOA)	1.847.727.418
Total Consolidado (Total Agregado (sem FRSS) - Transferência da Administração Central para a SS)	1.771.867.112

2.2: Política Orçamental e Panorama Macroeconómico

2.2.1 Política orçamental

Política do Orçamento Retificativo

O Orçamento Retificativo para 2023 constitui a primeira decisão de política económica e orçamental do IX Governo constitucional. O IX Governo Constitucional estabeleceu metas ambiciosas de reforma para os próximos 5 anos. Isso inclui metas-chave de política económica, como:

- Atingir uma taxa de crescimento do PIB de pelo menos 5%
- Criação de 50.000 novos empregos
- Atingir uma redução de 10% na taxa de pobreza
- Aumentar a arrecadação de receitas domésticas para 16% do PIB
- Melhorar a gestão e sustentabilidade das finanças públicas

Para tal, o Orçamento Retificativo começa a lançar algumas das bases que permitirão ao Governo atingir estes objetivos nos próximos anos. O Governo procurou melhorar a eficácia da despesa pública realocando parte da despesa não executada para novos projetos. O Orçamento retificativo introduz também uma inversão do aumento dos direitos de importação do Orçamento original e elimina a taxa de imposto seletivo do consumo sobre o açúcar e os produtos de confeitaria. Isso reduzirá as pressões inflacionárias e, portanto, melhorará os padrões de vida.

As políticas orçamentais descritas nas seções posteriores deste documento também visam melhorar a transparência e a prestação de contas públicas, bem como criar as condições necessárias para melhorar o crescimento económico nos anos seguintes.

Receita e Financiamento

O total das despesas orçamentadas para 2023 é superior ao montante da transferência do Fundo Petrolífero até ao Rendimento Sustentável Estimado (RSE) e ao montante das receitas domésticas que serão arrecadadas no mesmo período. Isto resulta num défice (receita doméstica + RSE - despesas). Este défice é financiado através de várias fontes: transferências do Fundo Petrolífero acima do RSE, empréstimos, utilização de saldos de caixa (de várias fontes) e Apoio Direto ao Orçamento da União Europeia e do Governo da Austrália.

O Orçamento para 2023 previa originalmente que as receitas domésticas da Administração Central atingiriam US\$174,9 milhões em 2023. Os últimos dados de cobrança disponíveis sugerem que as receitas domésticas da Administração Central este ano serão de US\$179,4 milhões. Isso deve-se a uma arrecadação de receitas mais forte do que o esperado. Esta revisão não é afetada pela redução da taxa dos direitos de importação, de 5% para 2,5%, e da eliminação da taxa do imposto seletivo de consumo sobre açúcar e produtos de confeitaria, anteriormente US\$1 por quilo de açúcar, que são propostas no Orçamento Retificativo.

Este valor não inclui taxas e encargos a serem cobrados pela RAOEA, que são projetados em US\$1,3 milhões, os quais não são transferidos para a Administração Central. Este valor foi revisto para baixo dos US\$2,5 milhões previstos pela RAOEA no Orçamento original com base nas últimas informações disponíveis fornecidas pela Autoridade.

Como sempre, estas previsões estão sujeitas a um grau de incerteza devido à imprevisibilidade da maioria das rubricas de receita (particularmente taxas e encargos e receitas de Agências Autônomas). As previsões de receita fornecidas neste documento serão revistas antes da apresentação da proposta de lei do Orçamento Geral do Estado para 2024 para levar em consideração os dados e informações mais recentes disponíveis.

O Rendimento Sustentável Estimado (RSE) do Fundo Petrolífero está estimado em \$490,1 milhões em 2023. O Governo planeia levantar US\$718 milhões acima do RSE durante 2023.

Sustentabilidade orçamental

Timor-Leste é altamente dependente do Fundo Petrolífero para financiar o défice orçamental. Portanto, este é o foco principal de qualquer análise de sustentabilidade orçamental. A sustentabilidade a longo prazo do Fundo Petrolífero depende não só das opções do Orçamento deste ano, mas também das escolhas feitas para os anos seguintes.

A análise do Relatório do Livro Orçamental para o Orçamento Geral do Estado para 2023 mostra que, sob a atual tendência de despesa, o Fundo Petrolífero esgotar-se-á em 2034. Neste ponto, a diferença entre as receitas não petrolíferas e a despesa pública pode chegar a US\$1,6 mil milhões.

O Orçamento para 2023 propõe um caminho para a sustentabilidade orçamental por meio de uma combinação de cortes moderados de gastos e introdução de alguns novos impostos. Outras melhorias para a sustentabilidade orçamental também podem ser garantidas se os projetos apresentados no Orçamento Retificativo forem bem-sucedidos em gerar crescimento económico e prosperidade.

Mais detalhes sobre a análise de sustentabilidade orçamental podem ser encontrados no Relatório da proposta de lei do Orçamento Geral do Estado para 2023².

Declaração de riscos orçamentais e passivos contingentes

O Relatório da proposta de lei do Orçamento Geral do Estado para 2023 continha a principal declaração de risco orçamental do país. Os riscos orçamentais são resultados orçamentais que se desviam das expectativas ou previsões. Podem surgir de choques macroeconómicos ou como resultado de passivos contingentes. Passivos contingentes são obrigações de gastos que surgem quando um determinado evento ocorre para acioná-los. Por exemplo, um desastre natural pode levar a obrigações de despesa pública com obras de reconstrução e programas de apoio social.

Timor-Leste tem alguns passivos contingentes, incluindo os estipulados por lei, tais como contratos, PPPs, esquemas de garantia apoiados pelo governo e sentenças judiciais. Esses passivos contingentes podem levar a obrigações de realizar despesa em montante superior ao previsto se forem materializados. Existem também passivos contingentes, como desastres naturais, nos quais o governo pode não ter a obrigação legal de aumentar a despesa, mas pode enfrentar uma obrigação moral de fazê-lo.

O Orçamento Geral do Estado para 2023 alocou US\$66 milhões para a reserva de contingência. Isso foi revisto para US\$31 milhões³ em resultado do teto mais baixo previsto no Orçamento

² Relatório da proposta de lei do Orçamento Geral do Estado, Ministério das Finanças <https://www.mof.gov.tl/publicationdetails/budget-proposal>

³ Apesar do n.º 3 do artigo 32.º da Lei n.º 2/2022, de 10 de fevereiro, Enquadramento do Orçamento Geral do Estado e da gestão financeira pública, estabelecer que a Reserva de Contingência deve ter um montante não inferior

Retificativo e do facto de que a reserva de contingência até agora ainda não foi gasta. Se os riscos orçamentais levarem ao aumento da despesa pública para além do nível previsto pela reserva de contingência, o Governo pode ter de recorrer a levantamentos do Fundo Petrolífero.

Parcerias Público-Privadas

Em termos gerais, as Parcerias Público-Privada (PPP) referem-se a acordos nos quais o setor privado constrói ativos de infraestrutura e fornece serviços que tradicionalmente têm sido prestados pelo Estado. A lógica subjacente às PPPs em Timor-Leste decorre do facto de este acordo poder potencialmente permitir ao governo beneficiar do conhecimento, experiência e financiamento do sector privado, o que resulta em maior qualidade e eficiência, bem como em menor risco suportado pelo Governo.

Timor-Leste começou a explorar as PPPs como uma modalidade para implementação de projetos nos últimos 8 anos e começou por estabelecer uma Política de PPP, legislação de PPP e uma Unidade de PPP dedicada sob a Direção-Geral de Mobilização e Gestão de Recursos Externos, Ministério das Finanças.

Mais detalhes sobre os projetos de PPP que estão a ser implementados ou são previstos para os próximos anos podem ser encontrados no Relatório da proposta de lei do Orçamento Geral do Estado para 2023.

2.2.2 Visão Macroeconómica

Tabela 2.2.1: Indicadores Macroeconómicos, 2020-2027

Resumo	Real			Previsão				
	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027
PIB real (não petrolífero) %	-8,3	2,9	3,9*	2,0	3,9	5,2	5,0	5,0
Inflação CPI %	0,5	3,8	7,0	6,0	2,5	2,0	2,0	2,0

*Os números do PIB de 2022 são provisórios e sujeitos a revisão. Fonte: Dados de 2020 a 2022 do Instituto Nacional de Estatística INETL. Previsões do PIB 2023 a 2027 e projeção de inflação 2023 da Direção Nacional de Política Económica, Ministério das Finanças, agosto de 2023. Projeções de inflação 2024-2027 do IMF World Economic Outlook abril de 2023.

Crescimento do PIB

O crescimento médio do Produto Interno Bruto (PIB) real⁴ não petrolífero foi de 1,1% de 2012 a 2021. As taxas de crescimento foram mais elevadas no início da última década, mas o crescimento negativo em 2017, 2018 e 2020 prejudicou muitos dos progressos alcançados.

Em 2020, o PIB não petrolífero caiu 8,3% devido ao efeito combinado do atraso na aprovação do Orçamento Geral do Estado, da incerteza política, da pandemia de COVID-19 e da aplicação do Estado de Emergência.

Em 2021, que é o último ano para o qual estão disponíveis dados das Contas Nacionais, o PIB não petrolífero recuperou para 2,9%, uma vez que as medidas de apoio do Governo às empresas e aos cidadãos levaram à recuperação da atividade económica. Esse crescimento foi impulsionado por um aumento de 3,5% em termos reais no consumo do Governo, uma vez que as despesas

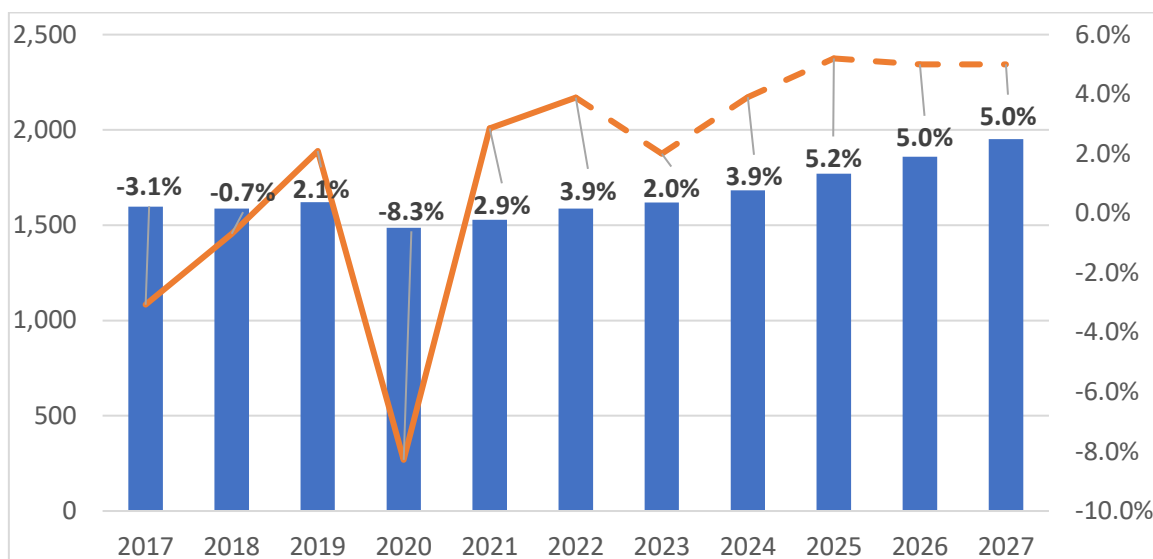
a 2% e não superior a 5% do valor total da despesa, considerando que o Orçamento retificativo irá vigorar por apenas 4 meses, o valor da reserva de contingência respeita o duodécimo relativo a esses 4 meses.

⁴ PIB real significa PIB após o ajuste pela inflação. Todos os números do PIB relatados aqui levam em consideração o impacto da inflação nos níveis gerais de preços.

públicas cresceram 27%⁵. O ano de 2021 também viu um forte crescimento nas exportações não petrolíferas, à medida que as restrições relacionadas ao COVID em todo o mundo começaram a diminuir, na segunda metade do ano, permitindo a recuperação do comércio.

Em 2022, o PIB deverá crescer 3,9%, principalmente devido ao aumento do investimento público e privado. A despesa pública em 2022 atingiu o nível mais alto da História do país, US\$1,74 mil milhões (incluindo a despesa da RAEOA mas excluindo a SS).

Figura 2.2.1: Taxa real de crescimento do PIB não petrolífero (RHS, %) e níveis (LHS, \$m)



Fonte: Dados de 2017 a 2022 do Instituto Nacional de Estatística INETL. Previsões do PIB 2023 a 2027 da Direção Nacional de Política Económica, Ministério das Finanças, agosto de 2023

Espera-se que o crescimento do PIB caia para 2,0% em 2023 devido a uma combinação de alta inflação e baixa execução orçamental após as eleições. Inflação alta significa que o nível de investimento e consumo necessários para alcançar os mesmos resultados de crescimento também deve ser maior. A inflação é projetada para uma média de 6% em 2023, o que significa que a contribuição total dos gastos dos setores privado, público e externo para a economia deve, em média, ser pelo menos 6% maior para atingir o mesmo nível de PIB real ou ajustado pela inflação.

Prevê-se que o crescimento económico recupere em 2024, uma vez que se prevê uma maior execução da despesa pública no primeiro ano completo do novo Governo. Espera-se também que, com a reversão do aumento dos direitos aduaneiros de importação e a eliminação da taxa do imposto seletivo de consumo sobre açúcar e confeitaria, a inflação comece a cair.

Espera-se um crescimento positivo consistente no médio prazo (2025-2027). Espera-se que o crescimento do PIB seja maior em 2025 com a implementação prevista de um cabo de fibra ótica da Austrália no final do próximo ano. Isso deve aumentar a velocidade da internet e contribuir para o aumento da produtividade. Nos anos que se seguem, o crescimento económico deverá manter-se forte e será ainda impulsionado por projetos-chave de PPP, como a requalificação do Cristo Rei e a expansão da pista do aeroporto de Díli. Combinada com mais investimentos no setor de turismo e a abertura de novos resorts hoteleiros como o *Pelican Paradise*, a expansão do Aeroporto de Díli tem o potencial de aumentar o turismo internacional e levar a um crescimento mais forte do PIB.

O governo tem como meta um crescimento de 5% do PIB. Os fatores acima mencionados devem levar a melhorias no setor privado e, portanto, apoiar este objetivo. Além dessas melhorias e

⁵ Dados do GRP do Ministério das Finanças julho de 2023.

desenvolvimentos económicos, alcançar o objetivo do governo exigirá aumentos substanciais na despesa pública (particularmente despesa com investimentos) em orçamentos futuros. O Ministério das Finanças estima que as metas de crescimento do Governo podem ser cumpridas até 2025 e as previsões de despesas fornecidas nas seções de financiamento deste documento visam o nível de despesas necessárias para atingir essa meta.

Inflação

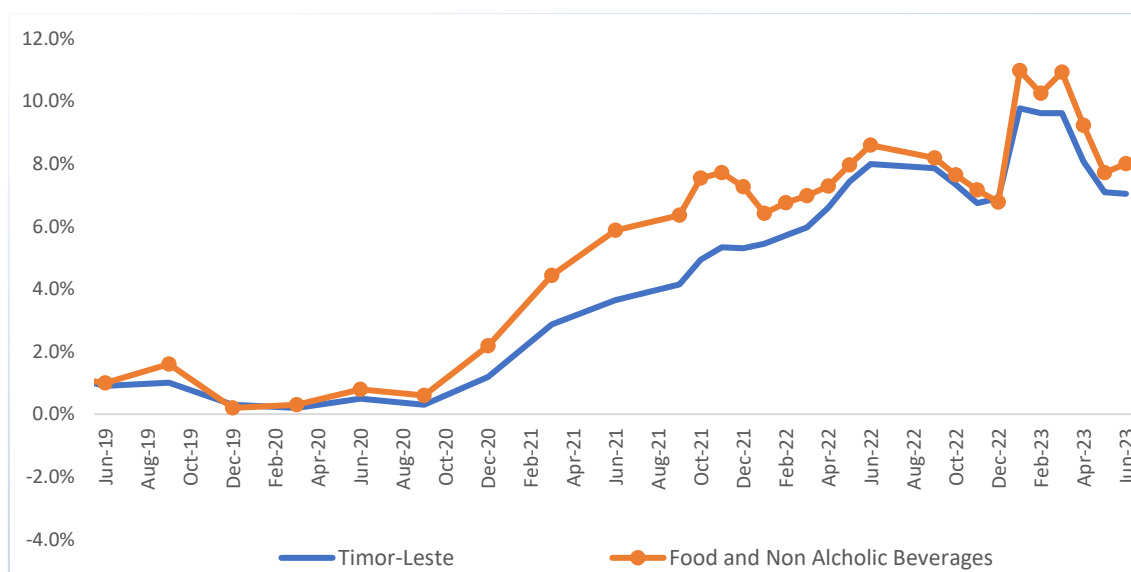
As recentes taxas de inflação em Timor-Leste têm sido relativamente altas. A inflação geral do IPC atingiu 7% em 2022 e permaneceu nesse nível ou acima até agora em 2023. Em junho de 2023, a inflação ano a ano foi estimada em 7%. Isso significa que uma cesta de bens e serviços que custou US\$100 em junho de 2022 custou US\$107 em junho de 2023.

O alto nível de inflação está em linha com as tendências globais. Devido ao peso significativo dos alimentos e bebidas não alcoólicas no cabaz do IPC e à elevada proporção de alimentos importados para Timor-Leste todos os anos, os preços internacionais dos alimentos continuam a ser um dos principais impulsionadores da taxa global do IPC. Portanto, as mudanças nos preços internacionais dos alimentos podem ter um impacto significativo tanto na taxa de inflação quanto nos padrões de vida.

Os preços do petróleo também são um dos principais impulsionadores da inflação. São importantes para Timor-Leste tanto para os consumidores como para o país, enquanto exportador de petróleo. Os preços do petróleo caíram no início da pandemia para US\$21,0 por barril em abril de 2020, mas depois começaram a subir acentuadamente e atingiram US\$116,8 por barril em junho de 2022 devido à guerra na Ucrânia. Espera-se que os preços desacelerem no futuro próximo e já apresentam atualmente alguma moderação. No início de 2023, os preços do petróleo caíram para US\$80,4 por barril em janeiro de 2023 e caíram ainda mais em junho para US\$73,3 por barril.

A inflação ano a ano de alimentos e bebidas não alcoólicas em junho de 2023 foi de 8,0%. Espera-se que a recente descida do preço do petróleo leve a uma queda da taxa de inflação nos próximos meses, em particular no setor dos transportes mas também nas importações de bens alimentares e bebidas. A inflação de alimentos e bebidas não alcoólicas, em particular, também deve cair, como resultado da decisão do governo de reduzir os direitos aduaneiros de importação de 5% para 2,5% e eliminar a taxa do imposto seletivo de consumo sobre açúcar e produtos de confeitaria (anteriormente US\$1 por quilo de açúcar).

Figura 2.2. 2: Mudança recente no Índice de Preços no Consumidor Timor-Leste junho de 2019-junho de 2023 (%)



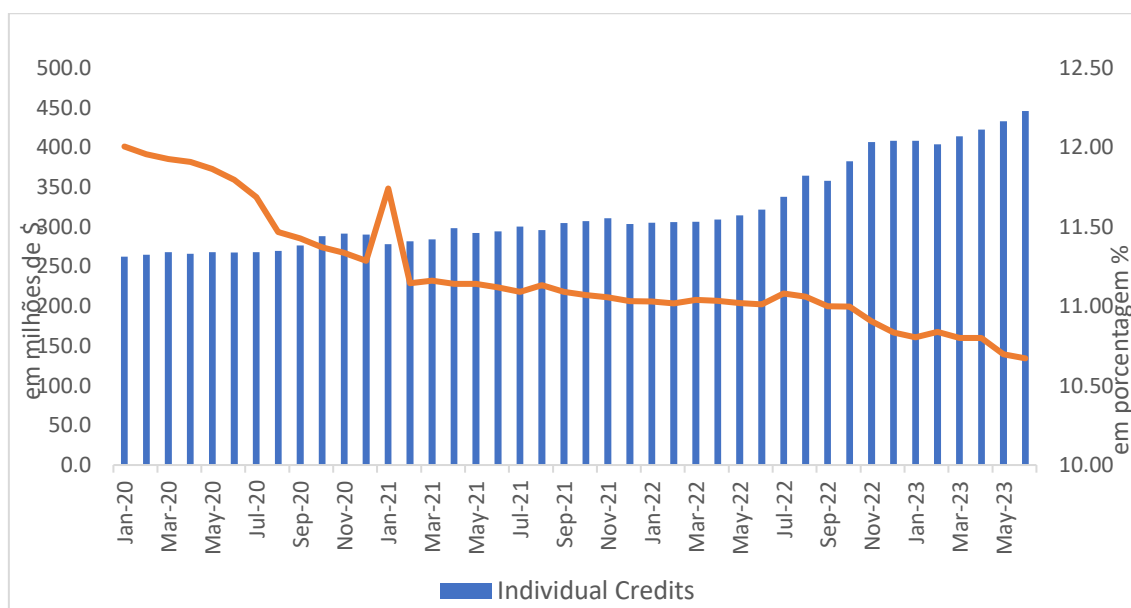
Fonte: Instituto Nacional de Estatística INETL

Mercados financeiros

O montante e o custo do crédito ao setor privado é um indicador importante para o desenvolvimento do setor privado.

A taxa de juros ano a ano dos empréstimos a empresas privadas caiu 0,34 pontos percentuais em junho de 2023 para 10,67%. De janeiro de 2022 a outubro de 2022, as taxas de juros ficaram em média em 11,03%, e desde então caíram para uma média de 10,79% de novembro de 2022 a junho de 2023. Como resultado, desde novembro de 2022, os empréstimos a pessoas singulares começaram a aumentar de US\$382,5 milhões em outubro de 2022 para US\$406,7 milhões em 22 de novembro e os empréstimos têm aumentado constantemente desde então, atingindo um pico em junho de 2023 de US\$445,7 milhões. Isso indica que o setor privado está a dar sinais de crescimento.

Figura 2.2.3: Taxas de Juros Comerciais e Crédito



Fonte: Banco Central de Timor-Leste, julho de 2023. Taxa de Juro (RHS, %), Crédito (LHS, \$m), agosto de 2023.

Emprego

A fonte mais atualizada para análise do mercado de trabalho em Timor-Leste é o Inquérito à Força de Trabalho de 2021. A pesquisa refere que a população em idade ativa (com 15 anos ou mais) em 2021 era de 809.300, composta por 405.800 mulheres e 403.600 homens. No entanto, apenas cerca de 31% (247.000 pessoas) da população em idade ativa participavam do mercado de trabalho (o que significa que tinham ou estavam procurando emprego). Desse número, cerca de 95% (234,3 mil pessoas) estavam ocupadas, sendo 92,3 mil mulheres e 142 mil homens. Por outro lado, a taxa de desemprego foi de 5,1%, sendo esta composta por uma taxa de desemprego feminino de 5,9% e uma taxa de desemprego masculino de 4,6% (6.800 desempregados masculinos vs 5.800 desempregados femininos).

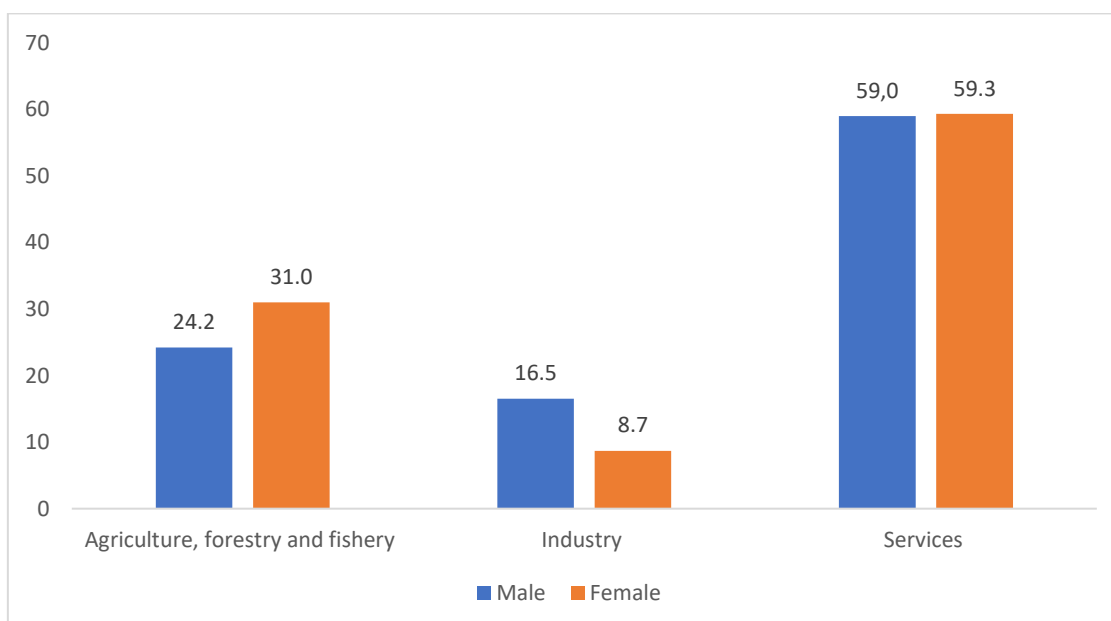
Tabela 2.2.2: Indicadores de emprego em 2021

	Masculino (000's)	Feminino (000's)	Total (000's)
População	668,3	618,4	1.286,7
População em idade ativa, com mais de 15 anos	403.6	405,8	809.3

	Masculino (000's)	Feminino (000's)	Total (000's)
Força de trabalho	148,9	98,1	247,0
Emprego	142,0	92,3	234,3
Desemprego	6,8	5,8	12,7
Força de trabalho externa	254,7	307,7	562,4
Dos quais: Produtores de alimentos de subsistência	75,9	86,4	162,4
Emprego na indústria como proporção do emprego total em %	5,3	8,4	6,5
Taxa de participação da força de trabalho	36,9	24,2	30,5
Taxa de desemprego (%)	4,6	5,9	5,1

Fonte: Inquérito à Força de Trabalho de Timor-Leste 2021

Figura 2.2.4: Emprego por atividade económica e sexo em 2021 em (% distribuição)

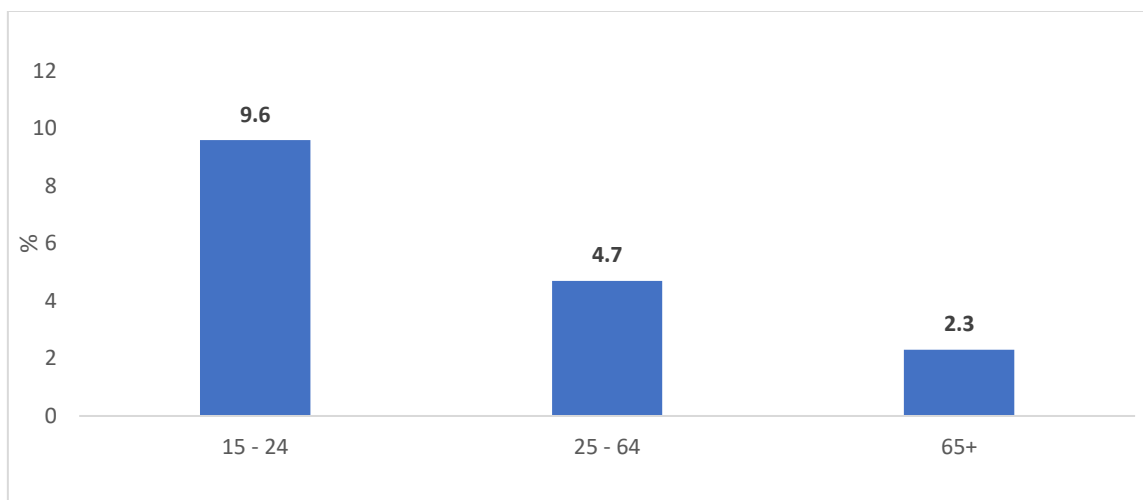


Fonte: Inquérito à Força de Trabalho de Timor-Leste 2021

O gráfico acima mostra os principais setores onde as pessoas estavam empregadas em 2021. Mais da metade do emprego está no setor de serviços, que representou 59,1% do emprego total. Segue-se o emprego na Agricultura, Florestas e Pescas que representaram 26,9 % do emprego total. Por fim, 13,5 % estavam empregados na Indústria. Em média, a proporção de homens e mulheres empregados no setor de serviços como parcela do total de empregos masculinos e femininos foi relativamente semelhante (59% de homens versus 59,3% de mulheres). A quota de emprego dos homens é superior à das mulheres no setor da Indústria (16,5% dos homens contra

8,7% das mulheres). Por outro lado, uma percentagem mais elevada de mulheres em comparação com os homens trabalha na agricultura, silvicultura e pesca.

Figura 2.2.5: Desemprego por faixa etária 2021 em (%)



Fonte: Inquérito à Força de Trabalho de Timor-Leste 2021.

A taxa de desemprego em 2021 foi de 5,1%, a taxa de desemprego entre os jovens de 15 a 24 anos foi de 9,6% e foi relativamente maior em comparação aos adultos de 25 a 64 anos, cujo desemprego foi de 4,7%. A taxa de desemprego das pessoas com mais de 65 anos foi ainda mais baixa, com uma taxa de 2,3%.

Indicadores Econômicos Globais

Tabela 2.2.3: Crescimento do PIB global, 2021-2024, %

Região/País	Crescimento real do PIB		Previsão de crescimento do PIB	
	2021	2022	2023	2024
Mundo	6,3	3,5	3,0	3,0
Economias avançadas	5,4	2,7	1,5	1,4
Economias emergentes e em desenvolvimento	6,8	4,0	4,0	4,1
Ásia emergente e em desenvolvimento	7,5	4,5	5,3	5,0
China	8,4	3,0	5,2	4,5

Fonte: Atualização das Perspectivas Económicas Mundiais do FMI, julho de 2023.

A previsão é que o crescimento global diminua ligeiramente de 3,5% em 2022 para 3,0% em 2023. As economias avançadas e as economias emergentes e em desenvolvimento deverão crescer 1,5% e 4,0%, respetivamente, em 2023. A guerra na Ucrânia e a pandemia são os principais fatores que contribuíram para a desaceleração projetada do crescimento em 2023.

Prevê-se que os preços no consumidor aumentem, com a inflação global prevista pelo FMI de 7,0% em 2023. Os aumentos dos preços do petróleo têm contribuído para o aumento da inflação nas economias avançadas, mas prevê-se que esta recupere nos próximos anos.

Para as economias de mercado emergentes, a inflação aumentou, refletindo o impacto da depreciação da moeda e os preços mais altos das *commodities*, que levaram ao aumento do preço dos bens importados. Espera-se que as taxas de inflação comecem a reduzir este ano em comparação com 2022 e reduzam ainda mais em 2024.

Tabela 2.2.4: Taxas de Inflação Global e Regional (%)

País	Real		Previsão	
	2021	2022	2023	2024
Mundo	4,7	8,7	7,0	4,9
Economias avançadas	3,1	7,3	4,7	2,6
Economias emergentes e em desenvolvimento	5,9	9,8	8,6	6,5
Timor-Leste	3,8	7,0	6,0*	2,5

Fonte: Atualização das Perspectivas Económicas Mundiais do FMI, agosto de 2023. *Dados de Timor-Leste para 2023 Previsão do Ministério das Finanças, agosto de 2023.

2.3: Política Orçamental e Prioridades Governamentais

O IX Governo Constitucional prevê um Timor-Leste próspero, onde o bem-estar de todos os cidadãos é priorizado com acesso a bens e serviços essenciais, enquanto promove uma população saudável, educada, qualificada, inovadora e dinâmica. Uma pedra angular fundamental do mandato de cinco anos do governo é diversificar a economia e melhorar a prestação de serviços, com o objetivo de alinhar o emprego e a produção em todos os setores com as características de uma economia emergente. O crescimento equitativo e inclusivo em todas as regiões também é uma prioridade fundamental durante o mandato do Governo. Para isso, será enfatizado o processo de descentralização, maximizando o potencial de cada município e melhorando o bem-estar dos seus residentes.

Os principais objetivos e prioridades do IX Governo Constitucional são construídos sobre os progressos alcançados no desenvolvimento económico, social e político pelos IV, V e VI Governos Constitucionais. O objetivo é dar continuidade a esse avanço, recuperar os avanços alcançados até 2017 e garantir uma administração pública eficiente, que preste serviços efetivos à população e preste contas ao Estado.

O programa quinquenal (2023-2028) serve como um instrumento político estratégico para orientar Timor-Leste no cumprimento da Agenda 2030 das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, alinhando-se com o Plano Estratégico Nacional de Desenvolvimento (2011-2030). Para assegurar a sua pertinência, o IX Governo Constitucional procederá a uma revisão aprofundada do Plano Estratégico de Desenvolvimento, em consulta com a Sociedade Civil. Este processo irá incorporar as atuais mudanças nacionais e globais, acentuando as vantagens competitivas de Timor-Leste em sectores estratégicos, conduzindo a progressos efetivos.

Para cumprir estes objetivos, o programa quinquenal (2023-2028) é guiado por seis princípios fundamentais, nomeadamente:

1. Reafirmar o Estado Democrático de Direito
2. Desenvolver mais o capital social
3. Avançar com o desenvolvimento de infraestrutura
4. Melhorar o crescimento económico
5. Fortalecer a Consolidação do Estado
6. Promover a Boa Gestão e Combater a Corrupção

Ao aderir a estes princípios, o IX Governo Constitucional mantém-se firme no seu compromisso de concretizar um futuro mais brilhante e sustentável para Timor-Leste, promovendo uma sociedade inclusiva e próspera para todos os seus cidadãos. Por meio dessas medidas estratégicas, o Governo visa elevar a prosperidade e o bem-estar da Nação, garantindo que o progresso seja compartilhado em todas as regiões e beneficiando todos os membros da sociedade.

2.3.1 Prioridades e Medidas Governamentais para 120 Dias

Para atingir as metas traçadas no programa de cinco anos, o governo planeia concentrar-se em três áreas estratégicas principais nos primeiros 120 dias:

- 1) Promover a diversificação económica por meio do cultivo de um ambiente favorável que promova o crescimento económico sustentável;
- 2) Potenciar os investimentos de capital social para garantir o bem-estar presente e futuro do povo timorense;
- 3) Restaurar o estado democrático de direito como princípios fundamentais de boa governança, inclusão e justiça.

Com estes objetivos estratégicos em mente, a agenda do Governo para o desenvolvimento inclusivo aspira a promover o bem-estar holístico de seu povo e fomentar um ambiente onde os cidadãos possam participar ativamente e contribuir para o desenvolvimento económico do país. Esses esforços serão sustentados pelo princípio fundamental da boa gestão, visando combater a corrupção e o excesso de burocracia, promovendo a competência, o profissionalismo, a honestidade e a transparência.

Um esforço tão ambicioso requer a criação de comunidades habitáveis. Isto implica assegurar o acesso a educação de qualidade, cuidados de saúde, água e saneamento, bem como estabelecer sistemas robustos de proteção social e infraestruturas básicas. Além disso, investimentos significativos no setor produtivo são essenciais para diversificar a economia e gerar oportunidades de emprego.

1) Promover a diversificação econômica, cultivando um ambiente favorável que promova o crescimento econômico sustentável

Nos próximos cinco anos, o foco principal do Governo será o desenvolvimento de infraestrutura abrangente, abrangendo estradas, pontes, portos, aeroportos e acesso a água potável e saneamento em todo o país. Reconhecendo o papel crítico de uma economia forte, o Governo pretende melhorá-la através de vários setores, incluindo agricultura, pesca, pecuária, turismo e comércio. Esta abordagem estratégica visa reduzir a dependência das importações através da promoção da produção nacional.

Nos primeiros 120 dias, o Governo vai dedicar-se a reformar a legislação para criar um ambiente favorável que atraia investidores domésticos e globais. Por meio de revisões e atualizações meticulosas, o Governo busca simplificar os processos de negócios, minimizar a burocracia e aumentar a facilidade geral de fazer negócios. Esta transformação, combinada com um ambiente favorável ao investidor, tem sido fundamental para estimular um crescimento económico significativo e estabelecer Timor-Leste como um destino atraente para investimento e expansão de negócios. Essa trajetória positiva não apenas impulsionará a prosperidade económica, mas também irá melhorar os padrões de vida e o bem-estar dos cidadãos.

Nos próximos meses, o Governo dará passos significativos na promoção do crescimento económico e da estabilidade financeira. Estão a ser lançadas as bases para estabelecer duas instituições cruciais - a *Timor-Leste Investment Cooperation* (TLIC), uma empresa de investimento estatal, e o Banco de Desenvolvimento de Timor-Leste (BDTL). A TLIC servirá como um catalisador para oportunidades de investimento, enquanto o BDTL fornecerá opções de financiamento de longo prazo acessíveis e favoráveis. Além disso, parte do orçamento alocado será utilizado para rever e aprimorar o Plano Estratégico de Desenvolvimento, garantindo que está alinhado com as metas e aspirações atuais da nação. Através destas iniciativas estratégicas, o governo visa reforçar o desenvolvimento económico, promover um clima favorável ao investimento e preparar o caminho para um futuro próspero e sustentável para Timor-Leste.

Além disso, é necessária uma ação imediata para reestruturar os conselhos de administração da TIMOR GAP e da Autoridade Nacional de Petróleo e Minerais (ANPM) para garantir a execução eficiente das estratégias do setor de petróleo e gás, que tem grande importância na trajetória de desenvolvimento geral da nação.

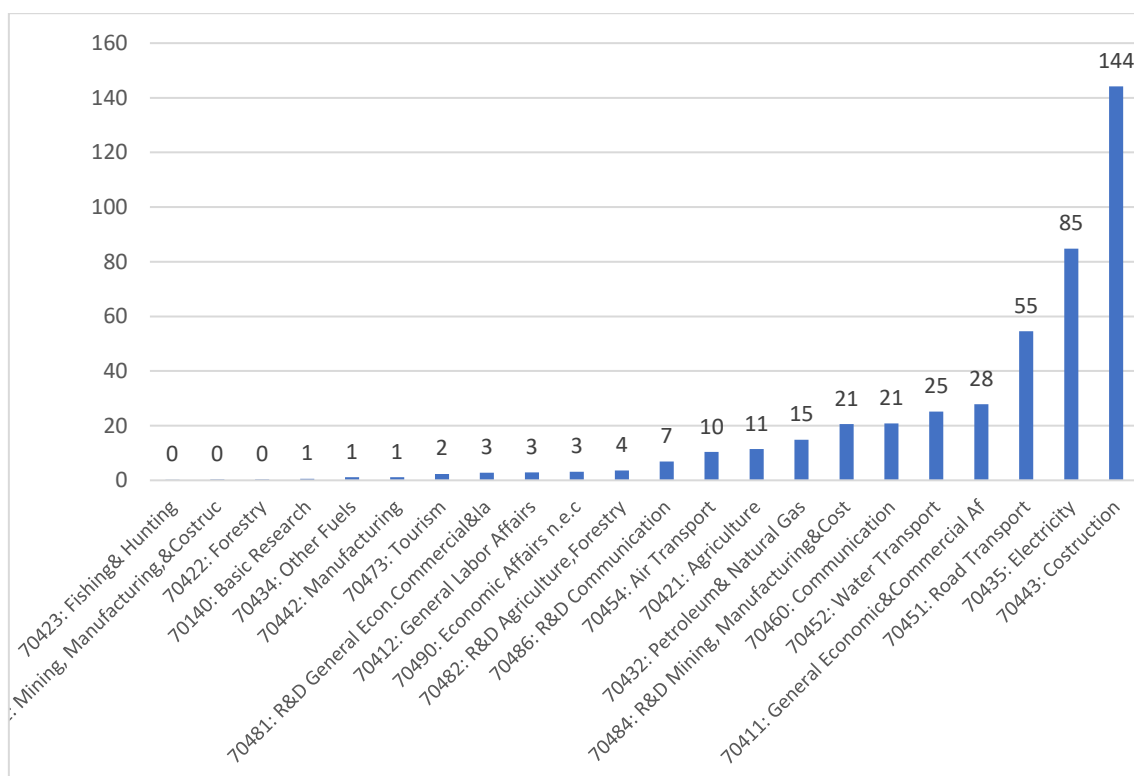
Reconhecendo a importância crítica de estradas, pontes, escolas, hospitais, sistemas de abastecimento de água e redes elétricas na manutenção das comunidades, o Governo alocou um orçamento significativo para esforços abrangentes de recuperação após desastres naturais. Esta alocação será dedicada à realização de pesquisas e avaliações para identificar os principais requisitos para manutenção de estradas e estabilização de leitos de rios em todo o país. Estas avaliações destinam-se a iniciar projetos de reabilitação essenciais nos próximos anos, com o objetivo principal de aumentar a resiliência, adaptabilidade e resistência a desastres das infraestruturas restauradas.

Garantir que a eletricidade acessível chegue a todos os lares e empresas em todo o país também é um aspeto fundamental da estratégia do Governo para promover o crescimento económico que beneficie a todos. Em busca desse objetivo, o Governo reservou um orçamento substancial de

US\$84,3 milhões para 2023, com um claro foco em atingir os 20% da população atualmente sem acesso à eletricidade.

Por fim, o Governo mantém o compromisso de concluir a construção e instalação de um *cabo de fibra ótica*, fornecendo conectividade de internet de alta qualidade a todos os cidadãos em todo o país. Para acelerar a diversificação económica, US\$19,2 milhões foram alocados para fortalecer o setor de telecomunicações. Estes esforços combinados demonstram o compromisso do governo em impulsionar o progresso, promovendo um futuro vibrante e resiliente para Timor-Leste. Ao garantir o acesso generalizado a serviços de internet confiáveis e rápidos, o governo busca capacitar os cidadãos, impulsionar a inovação digital e abrir novas oportunidades de crescimento econômico e desenvolvimento social.

Figura 2.3.1: Distribuição do Orçamento do Estado na economia real e infraestrutura produtiva em 2023, em \$ Milhões



Fonte: Sistema de planeamento e orçamentação de Timor-Leste (Dalan Ba Futuru), agosto de 2023

2) Potenciar os investimentos de capital social para garantir o bem-estar presente e futuro do povo timorense

Investir em capital social, especificamente nos setores de proteção social, saúde e educação, é um pilar fundamental do mandato de cinco anos do Governo. O Governo reconhece o valor intrínseco do capital humano como a espinha dorsal de uma nação próspera e, assim, durante seu mandato de cinco anos, priorizará os investimentos de capital social com vista a nutrir uma sociedade saudável e educada para superar desafios, adaptar-se às mudanças e aproveitar as oportunidades.

Reconhecendo a extrema importância dos cuidados de saúde e a necessidade vital de acesso a medicamentos essenciais, o governo, nos primeiros 120 dias, demonstra um compromisso inabalável para garantir que os hospitais e centros de saúde estejam totalmente abastecidos e equipados. Com um orçamento dedicado de US\$6 milhões, mecanismos e estratégias robustas estão sendo implementadas para reabastecer prontamente e manter a disponibilidade imediata de medicamentos essenciais em todo o país. Será realizado uma monitorização rigorosa dos stocks de medicamentos e dos padrões de consumo para evitar interrupções na cadeia de abastecimento

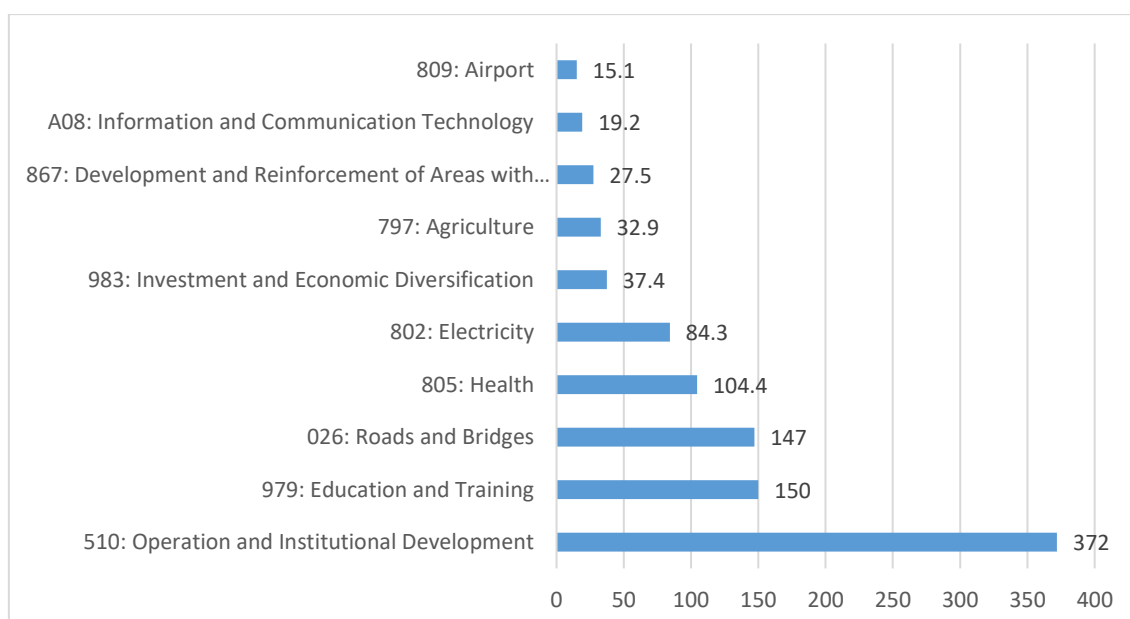
das unidades de saúde. Nos próximos meses, o Governo priorizará a valorização e o avanço dos serviços médicos no Hospital Nacional Guido Valadares (HNGV). Um orçamento de US\$4,9 milhões foi alocado para liquidar dívidas hospitalares internacionais como parte da responsabilidade orçamental e prestação de contas internacional. Por meio dessas medidas abrangentes, o Governo reafirma sua dedicação ao reforço da infraestrutura de saúde, garantindo o acesso a medicamentos essenciais e investindo no bem-estar de seus cidadãos. Essas iniciativas devem ter um impacto transformador no sistema de saúde do país, promovendo um futuro mais saudável e sustentável para todos.

O Governo também está fortemente empenhado em melhorar os procedimentos de emissão de passaportes, reconhecendo a importância dos passaportes como documentos essenciais de viagem e identificação. Para isso, o Governo destinou um orçamento de US\$0,46 milhão para agilizar e modernizar os sistemas administrativos, eliminar entraves burocráticos e aumentar a eficiência geral.

O Governo também está empenhado em melhorar as condições de atendimento e tratamento para pessoas com deficiência, demonstrando um profundo compromisso com a promoção de sua dignidade e bem-estar. Um orçamento de US\$1,4 milhões foi atribuído ao Centro Nacional de Reabilitação em Becora, com o objetivo de reforçar as instalações, adquirir equipamento médico especializado e dar formação aos profissionais de saúde para prestar cuidados personalizados. Este investimento reflete a determinação do Governo em oferecer apoio abrangente e personalizado às pessoas com deficiência. Olhando para o futuro, o Governo prevê estender esse programa estabelecendo centros semelhantes em todos os municípios ao longo de seu mandato de cinco anos.

Essa abordagem holística envia uma poderosa mensagem de solidariedade e apoio às comunidades de idosos e pessoas com deficiência, ressaltando o valor e a apreciação que a Nação atribui às suas contribuições. Ao capacitar esses grupos vulneráveis com assistência financeira e melhores serviços de saúde, o Governo está lançando as bases para um futuro mais equitativo e solidário, onde o bem-estar e a dignidade de todos os cidadãos são priorizados. Esta iniciativa transformadora serve como um farol de progresso, promovendo uma sociedade onde todos podem prosperar, independentemente da idade ou habilidade.

Figura 2.3.2: Distribuição do Orçamento do Estado para investimentos em capital social em 2023 para promover o crescimento equitativo e inclusivo, em \$ Milhões.



Fonte: Sistema de planeamento e orçamentação de Timor-Leste (Dalan Ba Futuru), agosto de 2023

3) Reforçar o Estado Democrático de Direito como princípios fundamentais de boa governança, inclusão e justiça

A reafirmação do Estado Democrático de Direito em Timor-Leste constitui uma base fundamental para o mandato de cinco anos do Governo centrado na estabilidade e no desenvolvimento. Enquanto jovem democracia, Timor-Leste tem enfrentado desafios na consolidação das suas instituições e na garantia do cumprimento do Estado de direito. Ao garantir a igualdade de tratamento e a imparcialidade no sistema jurídico e na administração pública, o Governo pode salvaguardar os direitos dos cidadãos e promover a justiça social. Isso, por sua vez, gera confiança entre o Governo e seus cidadãos e abre caminho para o desenvolvimento sustentável e um futuro mais equitativo e próspero para todos os seus cidadãos.

Durante os primeiros 120 dias, o Governo de Timor-Leste dará um passo crucial na promoção da transparência e prestação de contas através da realização de auditorias. Esta iniciativa abrangente visa realizar auditorias completas de várias instituições importantes, incluindo o Tribunal de Contas, a Comissão Anticorrupção e o Ministério Público. Essas auditorias concentrar-se-ão na avaliação da implementação de vários programas e na identificação de irregularidades nos processos de aquisição de vários projetos. Adicionalmente, também se realizaram auditorias à Comissão da Função Pública e à Inspeção-Geral do Estado.

Além disso, o Governo está empenhado na consolidação da paz e da segurança, reconhecendo o seu papel vital na propulsão do desenvolvimento nacional e na salvaguarda dos direitos, liberdades e garantias de cada cidadão. Para atingir estes objetivos, o Governo pretende realizar reformas de segurança para garantir os direitos e a dignidade dos cidadãos timorenses.

Ao tomar essas medidas decisivas, o Governo demonstra seu compromisso inabalável em promover um ambiente de paz, segurança e respeito pelos direitos fundamentais. Tais medidas não apenas aumentam a eficácia da aplicação da lei, mas também contribuem significativamente para o desenvolvimento e a prosperidade geral da Nação, fornecendo uma base sólida para uma sociedade justa, inclusiva e estável.

O IX Governo Constitucional demonstra o seu compromisso com uma gestão responsável e a alocação eficiente de recursos para lidar com questões críticas, promovendo um caminho para um futuro mais inclusivo e próspero para a nação. E como tal foi tomada a decisão de revogar a Lei n.º 3/2014, de 18 de junho, e o Decreto-Lei n.º 4/2022, de 12 de janeiro, para trazer de volta RAEOA-ZEEMS e Ataúro para a Administração Central.

2.3.2 Análise Comparativa do Orçamento Retificativo

O Orçamento Retificativo estabelece uma abordagem abrangente para fortalecer os quatro pilares do Plano Estratégico de Desenvolvimento (PED2011-2030); **Quadro Institucional**, reafirmando o Estado Democrático de Direito, a Boa gestão e o Combate à Corrupção; promoção do **Capital Social** através do desenvolvimento do Capital Social; fomentar o **Desenvolvimento Económico** através da racionalização da Consolidação do Governo; e priorização do **Desenvolvimento de Infraestruturas** abrangendo aspetos vitais como a Rede viária, Água e Saneamento Básico, Energia, Telecomunicações, Transportes, entre outros.

O IX Governo Constitucional, através da Comissão de Revisão Orçamental (CRO), procedeu a consultas com todos os ministérios e entidades setoriais e identificou áreas que se qualificam para reafectação orçamental. O CRO identificou um total de US\$195 milhões a serem devolvidos ao Tesouro e apresentou um orçamento revisto não consolidado de US\$1,96 mil milhões.

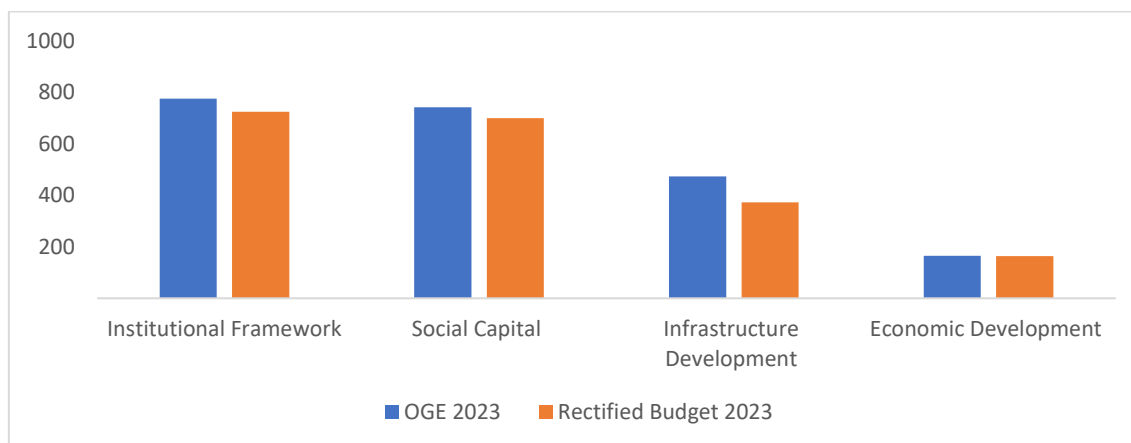
O Orçamento do Estado Retificativo para 2023 é responsável pela execução de 52 programas (contra 50 programas no orçamento original de 2023). Os dois novos programas introduzidos no Orçamento Retificativo 2023 são; Programa de Desenvolvimento Rural e Habitação Comunitária Digna (US\$0,1 milhão) e Programa de Reforma das Políticas Nacionais Sector Social (US\$0,09 milhões).

Além disso, dois programas, do Orçamento aprovado, foram renomeados para alinhá-los com outros programas nos respetivos subsectores no Plano Estratégico de Desenvolvimento (SDP 2011-

2030), o Programa 510: Boa Governação e Gestão Institucional passa a designar-se Programa de Funcionamento e Desenvolvimento e Institucional e o Programa 980, Igualdade de Género e Inclusão Social passou a ser conhecido como Programa de Inclusão Social.

A realocação orçamental do Orçamento Retificativo 2023 é maior quanto ao Enquadramento Institucional (37%), seguido do Capital Social (36%), Desenvolvimento de Infraestruturas (19%) e Desenvolvimento Económico (8%).

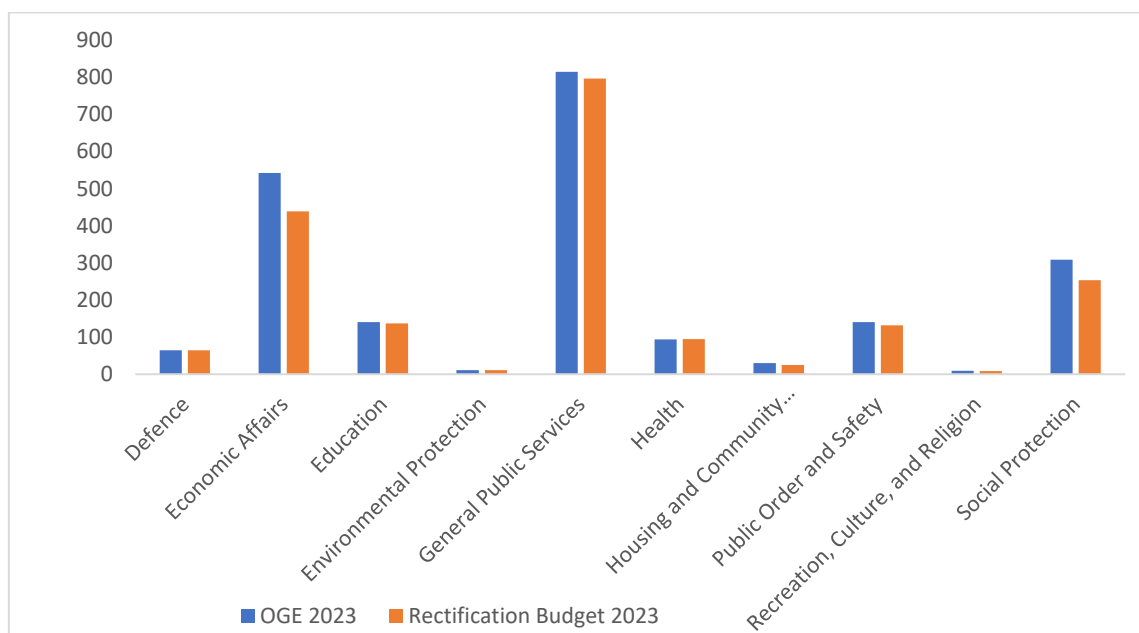
Figura 2.3.3: Comparação do Orçamento 2023 Aprovado (OGE 2023) e Orçamento Retificativo 2023 pelo PED, em \$ Milhões.



Fonte: Sistema de planeamento e orçamentação de Timor-Leste (Dalan Ba Futuru), agosto de 2023

Segundo a classificação funcional, baseada na classificação internacional COFOG (Classificação das Funções do Governo) desenvolvida pela OCDE, os dados COFOG de primeiro nível para Timor-Leste sugerem que a função dos Serviços Gerais da Administração Pública tem a maior alocação (em linha com o Orçamento Aprovado 2023), seguida pela Função Assuntos Económicos no orçamento retificado de 2023.

Figura 2.3.4: Comparação do Orçamento 2023 Aprovado (OGE 2023) e Orçamento Retificativo 2023 de acordo com a classificação funcional (COFOG), em \$ Milhões.



Fonte: Sistema de planeamento e orçamentação de Timor-Leste (Dalan Ba Futuru), agosto de 2023

2.3.3 Dotações orçamentais de 2023 para os municípios

Com base na agenda de reformas dos primeiros 120 dias do IX Governo Constitucional, será revogada a Lei n.º 3/2014, de 18 de junho, colocando assim a RAEOA e a ZEEMS sob a administração direta do Governo Central. Além disso, Ataúro será restaurado à sua composição anterior de *posto administrativo* (sub-município) dentro do município de Díli e, portanto, não será mais classificado como um município separado (as implicações legais e orçamentais dessa mudança deverão entrar em vigor a partir de 2024 em diante).⁶

O IX Governo Constitucional continua a reforçar o processo de descentralização em curso através da transferência continuada de funções e responsabilidades da administração central para as administrações locais/municípios (ainda por delegar) e a reforçar a capacidade da administração municipal através da modernização da administração pública. Através das políticas de Descentralização Administrativa e Autonomia Local, o IX Governo Constitucional assegurará o desenvolvimento sustentável de uma Nação equitativa.

O orçamento individual dos municípios permaneceu o mesmo do Orçamento aprovado para 2023. As duas exceções são a Autoridade RAEOA-ZEESM (e FED RAEOA) e o município de Ataúro com uma diminuição do seu orçamento global equivalente a US\$35,73 milhões e US\$10 milhões respetivamente.

Tabela 2.3.2: Dotação do Orçamento Retificativo de 2023 para as Autoridades Municipais, \$

Autoridade Municipal	Real 2022	Aprovado 2023	Retificativo 2023	Mudança
Autoridade RAEOA	84.436.784	84.000.000	53.262.112	30.737.888
AM Díli	10.231.640	13.362.483	13.362.483	0
AM Baucau	4.931.124	7.564.824	7.564.824	0
AM Bobonaro	4.727.883	6.733.806	6.733.806	0
AM Ermera	4.662.818	7.417.275	7.417.275	0
AM Aileu	3.034.303	4.509.206	4.509.206	0
AM Ainaro	3.243.066	4.894.112	4.894.112	0
AM Ataúro	2.574.860	2.257.645	2.257.645	0
AM Covalima	3.990.360	5.738.515	5.738.515	0
AM Lautém	4.056.049	5.826.107	5.826.107	0
AM Liquiçá	3.186.810	4.942.552	4.942.552	0
AM Manatuto	3.815.911	5.727.621	5.727.621	0
AM Manufahi	3.666.128	5.167.358	5.167.358	0
AM Viqueque	4.005.625	6.925.794	6.925.794	0
FED Ataúro	-	13.400.000	3.400.000	10.000.000
FED RAEOA	-	36.000.000	31.000.000	5.000.000

Fonte: Sistema de planeamento e orçamentação de Timor-Leste (Dalan Ba Futuru), agosto de 2023.

A alocação aos municípios no Orçamento Retificativo 2023 permanece praticamente inalterada (com exceção do Município de Ataúro e da autoridade do RAEOA-ZEESM). Financiamento adicional de US\$1,1 milhões, facilitado pelo orçamento da Autoridade de Proteção Civil (APC), será implementado no nível municipal, para enfrentar os desafios decorrentes das mudanças climáticas e desastres naturais

⁶ Programa do IX Governo Constitucional (2023).

2.4: Despesa

2.4.1 Análise de despesas para o primeiro semestre do orçamento de 2023

Foram até agora gastos US\$561.347.674 dos US\$1.920.022.116 alocados pelo Orçamento original de 2023 para a Administração Central e RAEOA. 80% das despesas reais foram realizadas por apenas 8 programas⁷. No entanto, esses 8 programas absorveram apenas 61% do Orçamento original de 2023. Os restantes 38 programas incluídos no Orçamento de 2023 assumiram apenas 20% do total das despesas reais, apesar de absorverem 38% do orçamento. Os 8 programas que absorveram a maior parte da despesa tiveram uma taxa de execução de 38%, 9 pontos percentuais acima da taxa de execução orçamental de 2023, enquanto os que absorveram apenas 20% da despesa tiveram uma taxa de execução 14 pontos percentuais abaixo da taxa de execução orçamental de 2023⁸.

Apenas 35 Serviços e Entidades com Autonomia Financeira Alargada (SEAFAs) dos 106 incluídos no Orçamento de 2023 apresentaram taxas de execução iguais ou superiores a 40% no final do segundo semestre. Estas SEAFAs absorveram 79% dos recursos orçamentais em 2023, mas apenas executaram 25% dos fundos que lhes foram consignados, reduzindo a taxa de execução global. Por outro lado, 13 SEAFAs tiveram uma taxa de execução superior a 50%, absorvendo apenas 4% dos recursos orçamentais. Esses 13 SEAFAs executaram 59% dos fundos que lhes foram alocados.

Dentro do Plano Estratégico de Desenvolvimento (PED), o setor de Capital Social ocupa o primeiro lugar em termos de despesa pública com mais de US\$222,4 milhões. O setor teve uma taxa de execução de 35%, próxima à sua percentagem do orçamento de 2023, 33%. O setor Institucional ocupa o primeiro lugar em dotações orçamentais, recebendo 34% do orçamento de 2023, mas o segundo em termos de despesas, com US\$193,4 milhões e uma taxa de execução de 29%. O setor de Desenvolvimento Económico recebeu a menor dotação orçamental no Orçamento de 2023, 8%. Apenas US\$47,8 milhões foram gastos neste setor, embora sua taxa de execução, de 30%, esteja ligeiramente acima da taxa de execução geral. O setor de Desenvolvimento de Infraestruturas apresenta a menor taxa de execução entre os quatro, 21%. 24% do Orçamento de 2023 foi alocado para o desenvolvimento de infraestruturas, mas até o final do primeiro semestre apenas US\$97,5 milhões foram gastos.

Tabela 2.4.1: Orçamento 2023 Alocação e Execução pelo PED, \$

SDP Setor	Orçamento	Real	% Orçamento	% Execução
Desenvolvimento Económico	160.918.486	47.818.490	8%	30%
Desenvolvimento de infraestrutura	464.422.022	97.582.719	24%	21%
Institucional	661.094.162	193.459.899	34%	29%

⁷ Estes programas são a Boa Governação e Gestão Institucional, Igualdade de Género e Inclusão Social, Educação e Formação, Electricidade, Saúde, Gestão dos Recursos Petrolíferos e Minerais, Segurança Nacional e Gestão das Finanças Públicas.

⁸ As taxas de execução são calculadas como a soma das despesas reais para cada grupo de programas dividida pelo orçamento total a eles alocado.

SDP Setor	Orçamento	Real	% Orçamento	% Execução
Capital social	633.587.445	222.486.567	33%	35%
Total	1.920.022.116	561.347.674	100%	29%

O OGE 2023 destinou a maior parte dos recursos a transferências correntes (32%), despesas com pessoal (24%), bens de equipamento (20%) e serviços correntes (14%). No entanto, como mostra a tabela abaixo, a taxa de execução para bens de capital é bastante inferior, apenas 7%, em comparação com a parcela do orçamento que lhe foi alocada. Isso reduz a taxa geral de execução do OGE de 2023.

Esperava-se que outras categorias de despesa absorvessem uma parcela menor dos recursos públicos em 2023 e, portanto, o OGE destinou a cada um deles percentagens orçamentais iguais ou inferiores a 5%. O Governo tem seguido o plano original quanto aos gastos com passivos financeiros, juros e multas.

A taxa de execução de juros de 57% pode indicar que recursos adicionais podem ser necessários até o final do ano. No entanto, isso não representa nenhum risco para o cumprimento das obrigações da dívida pública do Governo, uma vez que a atual regulamentação flexibilizou as realocações orçamentais e nenhuma despesa foi usada na reserva de contingência.

Outra categoria que merece atenção são os bens de consumo. Embora a taxa de execução desta categoria seja baixa, 26%, e sua participação orçamentária seja de apenas 5%, a aquisição de bens é importante para a execução de muitos programas. No entanto, os estrangulamentos criados pela fragilidade do setor privado em Timor-Leste e as dificuldades em lidar com os processos de aquisição limitam a capacidade das SEFA para executar o seu orçamento nesta categoria. Além disso, as eleições e a transição de executivos reduziram o tempo disponível para concluir alguns dos processos de aprovisionamento necessários para comprar correntes.

Tabela 2.4.2: Dotação e Despesas do Orçamento 2023 por Classificação Econômica, \$

Categoria	Orçamento	Real	% Orçamento	% Execução
Despesa atual	609.974.845	258.523.315	32%	42%
Despesa com Pessoal	468.506.074	194.084.187	24%	41%
Bens de capital	388.485.704	26.803.590	20%	7%
Serviços Correntes	273.009.144	41.466.459	14%	15%
Bens Correntes	101.441.371	26.458.717	5%	26%
Rendas	27.062.002	3.540.969	1%	13%
Ativos financeiros	21.111.111	-	1%	0%

Categoria	Orçamento	Real	% Orçamento	% Execução
Passivos Financeiros	14.923.136	7.554.280	1%	51%
Outras Despesas Correntes	6.157.441	441.284	0%	7%
Transferências de Capital	4.458.668	-	0%	0%
Juros	3.576.864	2.039.372	0%	57%
Multas	720.390	384.993	0%	53%
Serviços de capital	595.364	50.507	0%	8%
Total	1.920.022.116	561.347.674	100%	29%

As funções de Serviços Gerais da Administração Pública, Assuntos Económicos e Proteção Social absorveram 71% dos recursos orçamentais. No entanto, apenas os Serviços Gerais da Administração Pública apresentaram uma taxa de execução superior à taxa de execução global do OGE de 2023. Com efeito, as despesas concentraram-se grandemente nesta função, atingindo os US\$201,8 milhões. Embora os Serviços Gerais da Administração Pública sejam essenciais para a operacionalização dos programas e atividades do Governo, eles representam principalmente custos operacionais que contribuem apenas parcialmente para a entrega de bens e serviços aos cidadãos.

A função do Governo com a segunda maior despesa é Assuntos Económicos, com US\$99,8 milhões, enquanto a terceira é Proteção Social, com US\$64,1 milhões. Ainda assim, estas duas funções tiveram taxas de execução bastante inferiores ao total do OGE de 2023, 20% e 26% respetivamente. Estas duas funções são cruciais para promover o crescimento económico inclusivo, mas as despesas inferiores às esperadas estão a reduzir a taxa de execução geral do OGE. Assim, o reforço das capacidades de implementação e a resolução dos estrangulamentos que afetam a Economia e a Proteção Social determinarão a eficácia das políticas públicas no futuro.

As funções de Educação, Saúde, Habitação e Proteção Ambiental tiveram taxas de execução superiores à taxa de execução global do OGE 2023, mas absorveram uma parcela relativamente pequena do total de recursos orçamentais, 16%. A realocação de fundos para essas funções é justificada por dois motivos. Primeiro, o seu desempenho financeiro está acima da taxa de execução geral do OGE de 2023, elevando-a. Em segundo lugar, eles fornecem diretamente bens e serviços públicos aos cidadãos, contribuindo para elevar seus padrões de vida.

Tabela 2.4.3: Dotação e Despesas do Orçamento 2023 por Classificação Funcional, \$

Função	Orçamento	Real	% Orçamento	% Execução
Serviços Gerais da Administração Pública	617.312.402	201.838.216	32%	33%
Assuntos económicos	497.236.201	99.837.250	26%	20%

Função	Orçamento	Real	% Orçamento	% Execução
Proteção social	245.516.439	64.075.183	13%	26%
Ordem e Segurança Públicas	175.420.945	61.424.665	9%	35%
Educação	163.448.111	61.807.519	9%	38%
Saúde	110.892.094	39.632.861	6%	36%
Defesa	62.354.137	18.081.952	3%	29%
Habitação e amenidades comunitárias	28.444.036	11.379.272	1%	40%
Lazer, Cultura e Religião	12.201.098	722.176	1%	6%
Proteção Ambiental	7.196.652	2.548.580	0%	35%
Total	1.920.022.116	561.347.674	100%	29%

2.4.2 Justificação do Orçamento Retificativo

O IX Governo Constitucional de Timor-Leste está empenhado em atingir os objetivos do Plano Estratégico de Desenvolvimento e em fornecer um programa de alta qualidade e custo-efetivo ao povo de Timor-Leste.

Assim, o Governo propõe-se implementar um novo modelo de desenvolvimento que otimize o investimento no capital humano, bem como nas infraestruturas económicas e sociais, e promova a melhoria das instituições, salvaguardando a sustentabilidade das finanças públicas. Para garantir a prosperidade dos cidadãos timorenses, esta estratégia criará as condições essenciais para acelerar e assegurar um crescimento económico sustentável.

Uma vez que no final do primeiro semestre de 2023 a taxa de execução do OGE era de apenas 29,2%, o orçamento foi alterado para reduzir o valor originalmente aprovado de US\$2.155.715.306 para US\$1.996.477.418 Além disso, um total de 10,1% do OGE original de 2023 foi realocado considerando a análise de despesas apresentada anteriormente. Desta forma, o OGE 2023 alterado disponibiliza os recursos necessários ao IX Governo Constitucional para a concretização do seu programa político, enveredando pelo caminho da consolidação orçamental para assegurar a sustentabilidade das finanças públicas a médio e longo prazo.

O Orçamento Retificativo é também um instrumento para realocar recursos em SEAFAs extintos, recém-criados, fundidos e divididos. Para minimizar o custo geral da nova estrutura do Governo, as verbas das entidades que foram dissolvidas foram realocadas para entidades recém-criadas, com base em suas necessidades para os meses restantes do ano. Além disso, algumas poupanças foram identificadas nos ministérios que, segundo as previsões, gastarão menos do que o orçamentado. As alocações revistas são apresentadas na seção abaixo. A redução no montante global do orçamento será compensada com uma redução equivalente no financiamento através de levantamentos do Fundo Petrolífero acima do RSE.

2.4.3 Mudanças na Estrutura do Governo

O IX Governo Constitucional realizou várias alterações estruturais para fortalecer as instituições do Estado de forma a melhorar a formulação de políticas públicas e a sua implementação no Governo. As mudanças na orgânica do Governo são as seguintes:

- O Ministério do Turismo e Ambiente fundiu a Secretaria de Estado do Ambiente e as respetivas unidades responsáveis pelo setor do turismo no anteriormente denominado Ministério do Turismo, Comércio e Indústria. O IX governo vai construir a indústria turística timorense com base no desenvolvimento económico sustentável e na proteção ambiental para alavancar a riqueza natural do país.
- O Ministério da Educação foi separado do Ministério da Educação, Juventude e Desporto, preservando todas as competências relacionadas com a política educativa nas áreas do pré-escolar, primário, secundário profissional e secundário geral.
- A Secretaria de Estado da Juventude e Desporto e grande parte das competências do Ministério do Ensino Superior, Ciência e Cultura na área da cultura foram integradas no Ministério da Juventude, Desporto, Arte e Cultura com o objetivo de dar uma resposta coordenada às necessidades desses setores.
- O Ministério do Turismo, Comércio e Indústria foi subdividido nos já referidos Ministério do Turismo e Ambiente e Ministério do Comércio e Indústria para melhor responder às necessidades diferenciadas e particulares que o desenvolvimento das atividades comerciais e industriais exige.
- O Ministério da Agricultura, Pecuária, Pescas e Florestas foi criado para proporcionar uma abordagem integrada ao desenvolvimento do sector primário, alargando e dando mais visibilidade às intervenções do Governo nas áreas pecuária e florestal, pois são também cruciais para o desenvolvimento económico de Timor-Leste.
- O Ministério do Planeamento e Investimento Estratégico foi criado para garantir que as políticas governamentais sejam coerentes com o planeamento social e económico de longo prazo previsto para Timor-Leste no Plano de Desenvolvimento Estratégico 2011-2030 e na Agenda 2030 para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. O IX governo quer reforçar o papel do investimento direto privado nacional e estrangeiro na prossecução dos ODS.
- O Ministério do Desenvolvimento Rural e Habitação Comunitária foi criado para atender às necessidades da maioria dos timorenses que vivem em áreas rurais e têm direito a uma habitação digna e de qualidade. A experiência histórica comparativa mostra que a transição para economias de mercado é precedida pela modernização das economias rurais.
- A Agência Nacional de Planeamento, Monitorização e Avaliação foi extinta, mas os seus serviços serão integrados no Ministério das Finanças.
- A Autoridade Nacional para a Água e Saneamento e a Autoridade Nacional para a Eletricidade foram extintas, mas o seu orçamento e serviços serão integrados no Ministério das Obras Públicas na Secretaria de Estado da Eletricidade, Águas e Saneamento.
- A Secretaria de Estado das Comunidades Timorenses no Exterior foi extinta, mas o seu orçamento e serviços serão integrados no Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação.

2.4.4 Estratégia orçamental do Orçamento Retificativo

Medidas de consolidação fiscal para alcançar a sustentabilidade de longo prazo das finanças públicas

Em resultado das eleições e da nomeação do IX Governo Constitucional, o tempo tornou-se escasso para a execução do Orçamento de 2023 tal como inicialmente concebido. O tempo necessário para estabelecer o novo executivo e realinhar o Orçamento às suas prioridades programáticas levou à paralisação dos processos de aprovisionamento. Assim, alguns projetos foram adiados para o próximo ano.

A análise da tendência histórica das taxas de execução mostra que Timor-Leste não tem capacidade para implementar orçamentos superiores a US\$1,8-1,9 mil milhões. Com base no facto de que até o final do segundo semestre apenas 29,2% do OGE 2023 foi implementado, que os compromissos e obrigações chegam a US\$292.666.636,06 e que a execução orçamental normalmente acelera no quarto trimestre, a capacidade máxima de implementação pela Administração Central e RAEOA foi estimada em US\$1.716.762.112. Portanto, o OGE alterado de 2023 estabelece um teto de US\$1.996.477.418 no disto o teto da Administração Central e RAEOA é US\$1.716.762.112.

Realocação de recursos orçamentários para potencializar o crescimento económico inclusivo em linha com o programa do IX governo constitucional

A maioria dos ajustes estruturais do novo Governo não requer orçamento adicional para 2023, pois muitas das mudanças simplesmente implicam o realinhamento das alocações orçamentais entre as SEAFAs. O OGE 2023 alterado estabelece o quadro institucional no qual o IX Governo se baseará para implementar seu programa de forma eficaz, eficiente e sob os princípios de boa governança e economia. A Lei Orgânica do Governo criou novos Ministérios e Secretários de Estado com vista a dar prioridade a novas áreas políticas, aos quais o Orçamento Retificativo realoca verbas de outros SEAFAs: Gabinete do Ministro Coordenador dos Assuntos Sociais (US\$111.000), Ministério da Agricultura, Pecuária, Pescas e Florestas (US\$29.355.619), Ministério do Planeamento e Investimento Estratégico (US\$7.721.187) e Ministério do Desenvolvimento Rural e Habitação Comunitária (US\$ 2.400.000).

O Orçamento retificativo também dividiu alguns SEAFAs para dar maior autonomia à implementação de áreas políticas de extrema importância para o desenvolvimento do país e que possuem particularidades que merecem uma abordagem diferenciada na sua regulamentação e na intervenção do Governo. Assim, o Ministério do Turismo, Comércio e Indústria (US\$15.002.853) foi dividido entre o Ministério do Turismo e Ambiente (US\$8.842.594) e o Ministério do Comércio e Indústria (US\$9.306.495), e o Ministério da Educação, Juventude e Desporto (US\$122.249.822) foi dividido entre Ministério da Educação (US\$122.457.994) e Ministério da Juventude, Desporto, Arte e Cultura (US\$7.528.779).

Tabela 2.4.4: Dotação orçamentária de 2023 para novos SEAFAs, \$

Entidade/Categoria	CD	GS	MC	PT	SO	Total
110: MTA	1.474.575	2.612.748	87.000	1.110.250	3.558.021	8.842.594
111: MCAS			4.000		107.000	111.000
112: EU	3.469.717	27.393.904	3.568.631	17.513.578	70.512.164	122.457.994
113: MCI		3.399.891	162.330	1.315.000	4.429.274	9.306.495
114: MAPPF	3.165.526	7.711.525	3.220.110	3.662.075	11.596.383	29.355.619
115: MJDAC	165.000	753.660	10.296	3.874.309	2.725.514	7.528.779
116: MPIE	386.904	2.256.602	643.061	100.000	4.334.620	7.721.187
117: MDRHC	300.000	84.625	40.000		1.975.375	2.400.000
Total	8.961.722	44.212.955	7.735.428	27.575.212	99.238.351	187.723.668

Fonte: Orçamento da Direção Nacional, Ministério das Finanças, 2023

Finalmente, após uma análise metódica, o Governo decidiu fundir ou reintegrar algumas SEAFAs para reduzir os custos operacionais, obter economias de escala e racionalizar a estrutura do Governo onde as competências se sobreponham. Assim, a Autoridade Nacional para a Água e Saneamento (US\$1.166.000) e a Autoridade Nacional para a Eletricidade (US\$445.260) foram integradas no Ministério das Obras Públicas - Secretaria de Estado da Eletricidade, Água e Saneamento (US\$2.061.260), a Secretaria de Estado dos Timorenses Comunidades no Exterior (US\$1.000.000) foi integrada no Comissão Função Pública, a Secretaria de Estado do Ambiente (US\$3.578.236) foi integrada no Ministério do Turismo e Ambiente e a Secretaria de Estado da Juventude e Desporto (US\$5.102.489) foi integrada no Ministério da Juventude, Desporto, Arte e Cultura - Direção-Geral da Juventude e Desporto (US\$5.536.325).

O Orçamento Retificativo visa aumentar a qualidade do orçamento e aumentar as taxas de execução. Timor-Leste investiu recursos substanciais para melhorar o seu sistema de planeamento através da adoção da Orçamentação por Programas. No entanto, nenhum investimento produz retorno da noite para o dia e as SEAFAs ainda estão a adaptar-se à lógica da Orçamentação por Programas.

No OGE 2023, a distribuição das dotações orçamentais não levou em conta a capacidade de implementação dos serviços. No final do primeiro semestre, as taxas de execução situavam-se abaixo dos 25% em Capital de Desenvolvimento, Bens e Serviços e Capital Menor. A tabela a seguir mostra a distribuição das dotações orçamentais do OGE original e do Orçamento Retificativo por categoria.

Tabela 2.4.5: Orçamento Original e Retificado por Classificação Econômica, \$

Categoria	Orçamento original	Real	% Orçamento Original	% Execução	Orçamento alterado	% Orçamento Alterado
CD	333.369.618	24.978.853	17%	7%	266.735.464	16%
BS	401.512.518	71.466.146	21%	18%	373.766.854	22%
CM	55.711.451	1.875.245	3%	3%	51.776.700	3%

Categoria	Orçamento original	Real	% Orçamento Original	% Execução	Orçamento alterado	% Orçamento Alterado
TP	660.922.455	268.943.245	34%	41%	575.747.808	34%
SV	468.506.074	194.084.187	24%	41%	448.735.286	26%
Total	1.920.022.116	561.347.674	100%	29%	1.716.762.112	100%

O OGE 2023 alterado reduziu as dotações para Capital de Desenvolvimento de uma parcela do orçamento de 17% para 16% no incrementou as dotações para Bens e Serviços de 21% para 22% e para Salários e Vencimentos de 24% para 26%. A mesma parcela foi destinada ao Capitol Menor, 3% nas Transferências Públicas, 34%.

Nas últimas eleições, o povo timorense manifestou a sua vontade de alterar as prioridades políticas que até então condicionavam a alocação orçamental. O IX Governo está empenhado em manter a Orçamentação por Programas como o principal instrumento de política orçamental respeitando o princípio de que os dinheiros públicos são confiados pelo Parlamento Nacional com o mandato de entregar bens e serviços públicos específicos ao povo e contribuir para o desenvolvimento socioeconómico do país. A Orçamentação por Programas é flexível para acomodar a agenda política e as prioridades de desenvolvimento que mereceram a confiança do povo timorense nas últimas eleições.

Para alinhar o OGE de 2023 com o programa do IX Governo, o financiamento foi realocado entre os programas. Entre os programas que absorvem as maiores parcelas do OGE alterado, o teto orçamental aumentou menos de 1% para o programa de Funcionamento e Desenvolvimento Institucional (US\$371.764.728), 3% para o programa de Inclusão Social (US\$265.602.391), 2% para o programa de Saúde (US\$104.422.776), 5% para o programa de Gestão das Finanças Públicas (US\$46.139.468) e 4% para o programa de Defesa Nacional (US\$37.189.781). Entre aqueles com as taxas de execução mais baixas, o financiamento foi reduzido no programa Outros Tipos de Formação (- US\$1.584), Programa Contingência (- US\$33.212.177), Programa de Infraestrutura Conectividade (-\$ 6.758.000) e Programa Desenvolvimento e Reforço de Zonas com Tratamento Administrativo e Económico Especial (-\$ 23.830.520).

Tabela 2.4.6: Programas Priorizados e de Financiamento Orçamento Original e Retificado, \$

Programas Priorizados					
Programa	Original OGE	% OGE original	Execução	OGE alterado	% Orçamento Alterado
Defesa Nacional	35.784.881	2%	23%	37.189.781	2%
Gestão das Finanças Públicas	44.026.214	2%	33%	46.139.468	3%
Saúde	102.196.214	5%	38%	104.422.776	6%
Inclusão social	257.056.982	13%	42%	265.602.391	15%
Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	370.734.476	19%	31%	371.764.728	22%
Programas de Financiamento					
Programa	Original OGE	% OGE original	Execução	OGE alterado	% Orçamento Alterado
Outros Tipos de Formação	213.584	0%	0%	212.000	0%
Contingência	64.278.935	3%	0%	31.066.758	2%

Infraestrutura Conectividade	8.175.000	0%	1%	1.417.000	0%
Desenvolvimento e Reforço de Zonas com Tratamento Administrativo e Económico Especial	51.311.325	3%	4%	27.480.805	2%

Levando em consideração as novas prioridades do governo, mas também a diferença na capacidade de implementação entre os diferentes setores, o IX Governo decidiu realocar o financiamento entre os setores do PED. O IX Governo está empenhado em entregar o PED 2011-2030 alinhado com a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, com foco no setor de Capital Social e no fortalecimento das Instituições. O OGE 2023 alterado aloca a esses setores 3 e 2 pontos percentuais a mais da parcela orçamental, respetivamente, do que o orçamento original.

Tabela 2.4.7: Orçamento Original e Alterado pelo SDP, \$

SDP Setor	Orçamento Original	% Orçamento Original	% Execução	Orçamento alterado	% Orçamento Alterado
Desenvolvimento Económico	160.918.486	8%	30%	163.597.442	10%
Desenvolvimento de infraestruturas	464.422.022	24%	21%	373.128.591	22%
Quadro Institucional	661.094.162	34%	29%	557.598.379	32%
Capital social	633.587.445	33%	35%	622.437.700	36%
Total	1.920.022.116	100%	29%	1.716.762.112	100%

A nova conceptualização do Estado que o IX Governo está a propor traduz-se numa diferente alocação de recursos financeiros pelas funções de governo. O IX Governo garantirá a entrega de bens e serviços públicos essenciais, aumentando a parcela do OGE 2023 alterado alocada aos Serviços Gerais da Administração Pública de 32% para 37%, enquanto reduz as despesas duplicadas e redundantes em outras funções do Governo para garantir a sustentabilidade orçamental.

Tabela 2.4.8: Orçamento Original e Alterado por Classificação Funcional, \$

Função	Orçamento Original	% Orçamento Original	% Execução	Orçamento alterado	% Orçamento Alterado
Serviços Gerais da Administração Pública	617.312.402	32%	33%	634.174.702	37%

Função	Orçamento Original	% Orçamento Original	% Execução	Orçamento alterado	% Orçamento Alterado
Assuntos económicos	497.236.201	26%	20%	439.019.644	26%
Proteção social	245.516.439	13%	26%	171.681.629	10%
Segurança e ordem Pública	175.420.945	9%	35%	131.267.026	8%
Educação	163.448.111	9%	38%	136.974.446	8%
Saúde	110.892.094	6%	36%	94.411.189	5%
Defesa	62.354.137	3%	29%	64.853.247	4%
Habituação e infraestruturas coletivas	28.444.036	1%	40%	24.965.254	1%
Desporto, recreação, cultura e religião	12.201.098	1%	6%	8.300.331	0%
Proteção do ambiente	7.196.652	0%	35%	11.114.644	1%
Total	1.920.022.116	100%	29%	1.716.762.112	100%

2.5: Receitas e Riqueza Petrolífera

2.5.1 Receitas Domésticas

As receitas domésticas em Timor-Leste são compostas por receitas fiscais, taxas e encargos, juros, receitas de agências autônomas e receitas da RAEOA. A Tabela 2.5.1 divide as receitas domésticas nessas categorias, mostrando os dados reais de 2022 e os valores projetados para 2023 de acordo com o Orçamento original e o Orçamento Retificativo. A tabela também apresenta previsões de receitas domésticas para os anos de 2024-2027. As previsões serão revistas antes da apresentação da proposta de lei do Orçamento Geral do Estado para 2024 com base em dados atualizados de cobrança.

Estima-se que a arrecadação de receitas domésticas para a Administração Central em 2022 tenha atingido US\$172,9 milhões. Além desses dados, a RAEOA arrecadou US\$0,1 milhões em taxas e encargos. Este montante não é transferido para a Administração Central e é utilizado para financiar despesas da RAEOA.

O OGE para 2023 previa originalmente que as receitas domésticas da Administração Central chegassem a US\$174,9 milhões em 2023. Os últimos dados de cobrança disponíveis sugerem que as receitas domésticas da Administração Central este ano serão de US\$179,4 milhões. Isso deve-se a uma arrecadação de receitas mais forte do que o esperado. Isto não é afetado pela redução proposta dos direitos aduaneiros de importação, de 5% para 2,5%, e da eliminação da taxa do imposto seletivo de consumo sobre o açúcar e produtos de confeitaria, anteriormente US\$1 por quilo de açúcar, que é apresentada no orçamento retificativo.

A redução dos direitos aduaneiros de importação e a eliminação da taxa do imposto seletivo de consumo sobre o açúcar e produtos de confeitaria deverão contribuir para reduzir as pressões inflacionistas. Como resultado, as mudanças tributárias provavelmente contribuirão para a redução do custo de vida e, portanto, melhorarão os padrões de vida no curto prazo.

Separadamente, o Orçamento de 2023 projetou taxas e encargos de US\$2,5 milhões a serem arrecadados pela RAEOA para financiar suas despesas. Esse valor foi revisto para US\$1,3 milhão com base nas últimas informações disponíveis fornecidas pela autoridade.

Prevê-se que a arrecadação de receitas domésticas caia em 2024 e depois aumente de forma constante nos anos seguintes. Isto porque se prevê que a arrecadação fiscal seja menor em 2024, fruto da redução dos direitos aduaneiros de importação e a eliminação da taxa do imposto seletivo de consumo sobre o açúcar e produtos de confeitaria. Esta redução será efetivada a partir da aprovação do Orçamento Retificativo, porém os impostos mais altos já contribuíram para mais de 7 meses de arrecadação de receitas em 2023. Isso significa, portanto, que a arrecadação tributária deverá cair em 2024 em relação a 2023.

Com base nas informações dos serviços, estima-se que em 2023 haverá um aumento substancial na cobrança de taxas e encargos. Isso é impulsionado principalmente por receitas mais altas do que o previsto de Leilões e Jogos Sociais. O Ministério das Finanças estima que as receitas dos Leilões retornem à tendência histórica em 2024. Com isso, prevemos uma queda moderada na receita de taxas e encargos em 2024, seguida de aumentos moderados nos anos seguintes.

As receitas das Agências Autônomas são altamente variáveis de ano para ano e, por isso, difíceis de prever. A última informação disponível sugere que estas receitas serão inferiores ao nível projetado no Orçamento de 2023. No entanto, espera-se que aumentem gradualmente nos próximos anos em linha com o crescimento populacional e a inflação.

Tabela 2.5.1: Projeções de Receitas Domésticas, (\$m)

	2022 real	Orçamento 2023	Orçamento Retificativo	2024	2025	2026	2027
Receita doméstica total (A + B)	173,0	177,4	180,7	163,1	168,7	174,4	180,8
A. Taxas e Encargos RAEOA	0,1	2,5	1,3	1,5	1,5	1,6	1,7
B. Receitas Domésticas da Administração Central	172,9	174,9	179,4	161,6	167,1	172,8	179,1
Impostos	143,5	139,5	145,2	128,9	132,8	137,1	141,4
Impostos (Administração Central)	142,7	136,6	143,9	127,6	131,6	135,7	140,0
Impostos (RAEOA)	0,7	2,9	1,4	1,3	1,3	1,3	1,4
Taxas e Encargos	17,7	16,8	25,5	23,9	25,1	26,3	27,9
Agências Autônomas	10,9	18,6	7,7	7,9	8,2	8,4	8,7
Juros	0,9	0,0	0,9	0,9	1,0	1,0	1,1

* O devido ao arredondamento. Fonte: Dados de 2022 da ProClarity, julho de 2023, Ministério das Finanças, projeções da Direção Nacional de Política Económica, Ministério das Finanças, 2023

2.5.2 Receitas Petrolíferas e Fundo Petrolífero

O Fundo Petrolífero continua a ser a principal fonte de financiamento do Orçamento do Estado todos os anos. O saldo do Fundo depende das receitas petrolíferas, rendimentos de investimentos e retiradas do governo. Novas informações estão disponíveis desde que o Orçamento de 2023 original foi apresentado em outubro de 2022, e isso reflete-se na tabela abaixo.

Em primeiro lugar, os dados reais estão disponíveis para todo o ano de 2022, em vez das projeções do orçamento original. A diferença é mostrada na segunda e terceira colunas da tabela abaixo.

As receitas petrolíferas reais recebidas em 2022 foram de US\$1.106 milhões, em comparação com a estimativa do orçamento de US\$631,1 milhões. Isso ocorreu em grande parte porque a guerra Rússia-Ucrânia elevou os preços do petróleo e do gás, os quais foram significativamente mais altos do que as projeções do orçamento original, que se baseavam no preço do Brent projetado pela EIA em fevereiro de 2022.

Por outro lado, o rendimento real do investimento em 2022 foi inferior ao projetado no Orçamento. O Fundo Petrolífero registou um retorno do investimento de -10,36%, o que se traduz numa perda após despesas de US\$2.050 milhões, face aos US\$1.418,5 milhões de perdas previstos no orçamento original. A carteira de liquidez teve um retorno total de -0,65%, em linha com seu baixo risco, enquanto a carteira de crescimento teve um retorno total de -11,81%. Tanto as ações quanto os juros fixos diminuíram de valor em 2022 devido ao aumento das taxas de juros pelos bancos centrais para combater a inflação persistente. O empréstimo do Fundo Petrolífero à Timor Gap EP teve uma rentabilidade de -20,05% com base na última avaliação independente. Este retorno negativo para o Fundo ocorreu após três anos de forte desempenho.

As retiradas reais do governo em 2022 foram menores do que as projetadas no Orçamento. Isso ocorreu principalmente porque a transferência de US\$1,0 mil milhões para o Fundo dos Combatentes da Libertação Nacional (FCLN) não foi realizada após a decisão do Tribunal de Recurso.

Além disso, o saldo inicial do Fundo para 2022 foi superior ao reportado no Orçamento após a divulgação tardia da avaliação do empréstimo ao Timor Gap EP em dezembro de 2021. Contabilizando⁹ essas mudanças, o saldo real do Fundo terminou 2022 em US\$17.273 milhões, cerca de US\$1,0 mil milhões acima da projeção do orçamento original de US\$ 16.225,1 milhões.

Tabela 2.5.2: Saldo do Fundo Petrolífero 2022-2023, (\$m)

	Estimativa de 2022	2022 real	Orçamento original de 2023	Orçamento Retificativo 2023
Saldo PF de abertura	19.565,0	19.621,0*	16.225,1	17.273,0***
Receitas Petrolíferas	631,1	1.106,4	115,2	408,7
Retorno do investimento	(1.418,5)	(2.050,4)	561,9	1.273,9
Retirada Total (A+B)	(2.552,6)**	(1.404,0)	(1.346,1)	(1.208,2)
A. ESI	(554,1)	(554,1)	(490,1)	(490,1)
B. Retirada em excesso	(1.998,5)	(849,9)	(855,9)	(718,0)
Saldo Final de PF	16.225,1	17.273,0	15.556,1	17.747,5

Nota: *Incorporando o valor dos empréstimos do Fundo ao Timor GAP em 31 de dezembro de 2021. **Retiradas aprovadas no Orçamento Retificativo 2022, incluindo uma transferência de \$ 1 bilhão para capitalizar a FCLN. A transferência não ocorreu. *** Saldo de abertura real do PF para 2023, incluindo a avaliação do empréstimo em 2022. Fonte: Gabinete de Política e Gestão do Fundo Petrolífero, Ministério das Finanças, 2023

Em segundo lugar, as projeções para 2023 neste Orçamento Retificativo consideram dados reais para o ano até Junho sobre receitas petrolíferas, rendimentos de investimentos e levantamentos. Isso é mostrado nas duas últimas colunas da tabela acima.

O Orçamento Geral do Estado para 2023 projetava uma receita petrolífera total de US\$115,2 milhões com as vendas de petróleo e gás. Em junho de 2023, as receitas da venda de petróleo e gás já somavam US\$353,4 milhões. Os recebimentos mais altos são predominantemente os pagamentos atrasados de lucro de petróleo e gás para o segundo e terceiro trimestres de 2022, que totalizaram US\$305,7 milhões. A produção do campo Bayu-Undan diminuiu de forma significativa recentemente e deve cessar em 2023. A produção foi de 37,2 milhões de barris de óleo equivalente (BOE) em 2021, 17,3 milhões de BOE em 2022 e apenas 3 milhões de BOE em maio de 2023. Preços do petróleo foram maiores do que o estimado, com média de US\$79,3 por barril no ano até o momento. Com base nos dados atualmente disponíveis, estimamos que as receitas petrolíferas atinjam pouco mais de US\$400 milhões até o final de 2023.

A receita de investimentos líquida totaliza US\$939 milhões em junho de 2023, recuperando algumas das quedas em 2022. As ações têm sido o principal contribuinte para os retornos. Com

⁹ Consulte o Relatório Anual do Fundo Petrolífero para o Ano Financeiro de 31 de dezembro de 2021 para uma discussão detalhada.

base no desempenho do Fundo até junho e usando o retorno esperado de longo prazo do fundo petrolífero sob a atual alocação de ativos, o retorno do investimento para 2023 é projetado em US\$1.273,9 milhões ou 7,5%. O retorno final para 2023 será determinado pelos movimentos do mercado nos próximos meses. É importante observar que uma desaceleração do mercado reduzirá a receita do investimento. Os retornos podem variar muito em períodos curtos e, para investidores de longo prazo, como o Fundo Petrolífero, é mais apropriado considerar os retornos em períodos de tempo mais longos do que apenas um ano.

O levantamento do Fundo Petrolífero proposto no Orçamento Retificativo é agora de US\$1.208,2 milhões. Esta é uma redução de US\$137,9 milhões (-10,2%) em comparação com o Orçamento aprovado para 2023 de US\$1.346,1 milhões. Até junho foram transferidos para o Orçamento Geral do Estado US\$490 milhões. Incorporando o saldo real de abertura do Fundo em janeiro de 2023 e as estimativas revistas para receitas petrolíferas, rendimentos de investimentos e levantamentos, estima-se que o Fundo termine este ano com US\$17.747,5 milhões.

2.5.3 Riqueza Petrolífera e Cálculo do RSE

A Riqueza Petrolífera é a soma do saldo do Fundo no início do ano fiscal com o valor presente líquido estimado das receitas comprovadas de petróleo e gás. O Rendimento Sustentável Estimado (RSE) está definido com 3% da Riqueza Petrolífera. De acordo com a Lei do Fundo Petrolífero, o RSE é o montante máximo que pode ser retirado do Fundo Petrolífero num ano fiscal e que visa deixar um saldo suficiente no Fundo para um montante de igual valor real a ser retirado anualmente de forma perpétua. No entanto, o Governo pode levantar acima dos 3% do RSE, quando explicar que é do interesse de Timor-Leste a longo prazo e tal seja aprovado pelo Parlamento Nacional.

O ESI é formalmente atualizado apenas uma vez por ano como parte do processo orçamental principal. Consequentemente, o RSE de US\$490,1 milhões no OGE de 2023 é novamente adotado para este Orçamento Retificativo. A tabela abaixo mostra a Riqueza Petrolífera estimada e o RSE de 2022 e 2023 em cada ano fiscal respetivo.

Tabela 2.5.3: Riqueza Petrolífera e Rendimento Sustentável Estimado (ESI), \$m

	Orçamento Retificativo 2022	Orçamento original de 2023
Saldo PF de abertura	18.323,8	16.225,1
Valor Presente Líquido de Receitas Futuras	145,5	113,1
Riqueza Petrolífera Total (PW)	18.469,3	16.338,2
Renda sustentável estimada (PWx3%)	554,1	490,1

Nota: ESI como no orçamento de 2022 e 2023.

Fonte: Gabinete de Política e Gestão do Fundo Petrolífero, Ministério das Finanças, 2023

As retiradas sustentáveis para 2023 podem ser novamente estimadas considerando o saldo real do Fundo no início de 2023 e as futuras receitas revistas de petróleo e gás. O saldo do Fundo no início de 2023 era mais de US\$1,0 mil milhões acima do estimado no OGE para 2023, de US\$16.225,1 milhões. Conforme observado, a receita esperada de petróleo e gás em 2023 também é maior do que o orçamentado originalmente. Isso resulta em um VPL mais alto das receitas petrolíferas futuras de US\$401,6 milhões em comparação com US\$113,1 milhões no Orçamento de 2023. Incorporando essas mudanças, a estimativa de retiradas sustentáveis seria revista, de um RSE de US\$490,1 milhões para US\$530,2 milhões.

2.6: Financiamento

As tabelas nesta seção mostram as fontes de receita para o orçamento de 2023 discriminadas por subsetor. Como o teto do orçamento retificativo será inferior ao orçamento original, não há necessidade de financiamento adicional. Como resultado, há uma redução nos levantamentos do Fundo Petrolífero acima do RSE.

A tabela abaixo fornece uma visão geral do financiamento de despesas da Administração Central. Há uma pequena alteração nas projeções de receitas domésticas no Orçamento Retificativo. A projeção para desembolsos de empréstimos também foi atualizada, pois os desembolsos foram menores do que o valor original dos empréstimos assinados devido a problemas relacionados à implementação do projeto. OS US\$35 milhões de desembolsos projetados na tabela abaixo incluem o pagamento antecipado para o projeto de expansão do Aeroporto Internacional Presidente Nicolau Lobato.

As previsões para os anos futuros fornecem uma indicação das cobranças esperadas de receitas domésticas, bem como do Apoio Direto ao Orçamento projetado e dos desembolsos de empréstimos. Os RSE e as retiradas em excesso foram projetados com base nos níveis de gastos estimados para realizar as metas de política macroeconómica do Governo.

Tabela 2.6.1: Receitas da Administração Central (\$m)

	Orçamento original de 2023	Orçamento Retificado 2023	2024	2025	2026	2027
Retiradas Totais do Fundo Petrolífero	1.346,09	1.208,19	1.324,01	1.434,55	1.556,49	1.681,49
Renda Sustentável Estimada (ESI)	490,15	490,15	526,77	501,74	470,14	432,43
Excesso de Retiradas	855,94	718,05	797,23	932,81	1.086,35	1.249,06
Receita Doméstica	174,90	179,41	161,64	167,11	172,82	179,06
Empréstimos	74,11	35,00	57,20	45,00	32,00	26,50
Apoio orçamentário direto (DBS)	4,90	10h40	9,70	9,70	9,70	9,70
Austrália	3,30	7,10	6,90	6,90	6,90	6,90
União Europeia	1,60	3,30	2,80	2,80	2,80	2,80
Saldo de Caixa do Tesouro	200,00	200,00	163,30	205,90	223,47	239,34
Total	1.800,00	1.633,00	1.715,84	1.862,26	1.994,48	2.136,09

A tabela abaixo fornece uma visão geral das receitas disponíveis para financiar as despesas da RAEOA. Há pequenas alterações em relação ao orçamento original devido a uma previsão revisada de taxas e encargos.

Tabela 2.6.2: Receitas da RAEOA (\$m)

	Orçamento original de 2023	Orçamento Retificativo 2023	2024	2025	2026	2027
<i>Taxas e Encargos</i>	2.51	1.34	1.47	1.54	1.62	1,70
<i>Saldo de caixa</i>	118,70	118,70	78,51	81,65	84,92	88,31
Total	121.21	120.04	79,98	83,20	86,54	90.01

A tabela abaixo fornece uma visão geral do financiamento da Segurança Social. Há um acréscimo de US\$8 milhões na transferência da Administração Central no Orçamento Retificativo para acomodar o aumento da despesa com o pagamento da pensão social, em resultado do aumento do seu valor em 2023.

Tabela 2.6.3: Receitas do Fundo de Segurança Social (\$m) 2023

	Orçamento original de 2023	Orçamento Retificado 2023	2024	2025	2026	2027
<i>Contribuições para a Segurança Social</i>	55.06	55.06	57.26	59,55	61,93	64,41
Ganhos	2,80	2,80	2,91	3,03	3,15	3,28
<i>Interesse</i>	0,05	0,05	0,05	0,05	0,06	0,06
<i>Outros ganhos</i>	2,75	2,75	2.86	2,97	3.09	3.22
<i>Transferência da Administração Central</i>	67,86	75,86	78,37	79,44	82,83	82,88
<i>Ativos financeiros</i>	110,00	110,00	114,40	118,98	123,74	128,68
Total	235,72	243,72	252,94	260,99	271,64	279,24

Parte 3: Proposta de lei de alteração do Orçamento Geral do Estado para 2023

Parte 4: Documentos de suporte

4.1: Artigo 8.º da Lei do Fundo Petrolífero

4.1.1: Estimativa de redução do Rendimento Sustentável Estimado nos exercícios orçamentais subsequentes, por força de transferência a partir do Fundo Petrolífero de montante superior ao Rendimento Sustentável Estimado, caso tal seja previsto na proposta de lei do OGE

4.1.2: Relatório de auditor independente certificando as estimativas de redução do Rendimento Sustentável Estimado a que se refere a alínea anterior



República Democrática de Timor-Leste
Ministério das Finanças
Gabinete da Ministra



No.: 34/GMdf/IX/2023-08

Díli, 09 de agosto de 2023

Excelentíssimo

Senhor Ministro da Presidência do Conselho de Ministros

Kay Rala Xanana Gusmão

Excelência,

Nos termos previstos nas alíneas a) e b) do artigo 8.º da Lei do Fundo Petrolífero, aprovada pela Lei n.º 9/2005, de 3 de agosto, alterada pela Lei n.º 12/2011, de 28 de setembro, e pela Lei n.º 2/2022, de 10 de fevereiro, apresenta-se *infra* o cálculo do Rendimento Sustentável Estimado para o ano orçamental de 2023 no qual a transferência é feita e para o ano orçamental precedente de 2022.

Estimativa do Rendimento Sustentável para o ano orçamental de 2023	Montante (US Dólares) \$490.146.398,00
Estimativa do Rendimento Sustentável para o ano orçamental precedente (2022)	Montante (US Dólares) \$554.077.576,00

Estes montantes mantêm-se inalterados na proposta de lei de alteração do Orçamento Geral do Estado para 2023 (Orçamento Retificativo).

O Rendimento Sustentável Estimado é calculado segundo as regras definidas no Anexo 1 da Lei do Fundo Petrolífero.

A análise da metodologia na qual se baseiam os cálculos do Rendimento Sustentável Estimado é incluída no Relatório da proposta de lei do Orçamento Geral do Estado para 2023.

De acordo com a alínea c) do artigo 8.º da Lei do Fundo Petrolífero, o Auditor Independente deverá certificar o montante do Rendimento Sustentável Estimado, pelo que se junta, em anexo, o relatório de certificação emitido em 27 de setembro de 2022.

Sem mais assunto de momento, aceite os protestos da minha mais elevada estima e consideração.

Com os melhores cumprimentos,



Santina J. R. F. Viegas Cardoso

Ministra das Finanças





**Building a better
working world**

Ernst & Young
11 Mounts Bay Road
Perth WA 6000 Australia
GPO Box M939 Perth WA 6843

Tel: +61 8 9429 2222
Fax: +61 8 9429 2436
ey.com/au

Mr. Rui A. Gomes
Ministro das Finanças
Torre do Ministério das Finanças, 10.º andar
Aitarak Laran
Dili, Timor-Leste

27 de setembro de 2022

RELATÓRIO INDEPENDENTE DE GARANTIA DE FIABILIDADE SOBRE O CÁLCULO DO RENDIMENTO SUSTENTÁVEL ESTIMADO (“RSE”)

Âmbito

Fomos contratados pelo Ministro das Finanças da República Democrática de Timor Leste (“Ministério das Finanças”) em conformidade com o Artigo 8(c) da Lei n.º 9/2005 do Fundo Petrolífero, de 3 de agosto de 2005, alterada pela Lei n.º 12/2011, de 28 de setembro de 2011, e pela Lei n.º 2/2022, de 10 de fevereiro de 2022, o Orçamento Geral do Estado e o Regime de Gestão das Finanças Públicas (“a Lei”) para a realização de um trabalho de segurança razoável conforme tal como definido nas Normas Internacionais de Trabalhos de Garantia de Fiabilidade, de ora em diante referido como o trabalho, em relação ao cumprimento pelo Ministério das Finanças, em todos os aspetos materiais, com os requisitos para o cálculo do Rendimento Sustentável Estimado (“RSE”), de acordo com os parágrafos II e III do Anexo da Lei para o ano a findar em 31 de Dezembro de 2023 (“Anexo I”).

Responsabilidades do Ministério das Finanças

O Ministério das Finanças é responsável pelo:

- ▶ Cálculo do RSE para o ano fiscal a findar em 31 de dezembro de 2023 em cumprimento com os requisitos estipulados no Anexo I da Lei.
- ▶ Confirmar que a mensuração e avaliação dos pressupostos subjacentes que suportam o cálculo cumprem com os requisitos dos parágrafos IV e V do Anexo I da Lei e que todas as matérias relevantes são refletidas no cálculo do RSE.
- ▶ Desenho, implementação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado, manutenção de registos e efetuar as estimativas que sejam relevantes para o cálculo do RSE de acordo com o Anexo I da Lei, livre de distorções materiais devido a fraude ou erro.

Responsabilidades da EY

A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião se o Ministério das Finanças cumpriu, em todos os aspetos materiais, com os requisitos dos parágrafos II e III do Anexo I da Lei no cálculo do RSE para o ano a findar em 31 de dezembro de 2023, com base no trabalho realizado e na evidência obtida.

O nosso trabalho foi realizado de acordo com a Norma Internacional de Trabalhos de Garantia de Fiabilidade (ISAE) 3000 (Revista) "Trabalhos de Garantia de Fiabilidade que Não Sejam Auditorias ou Revisões de Informação Financeira Histórica", e pelos termos de referência acordados com o Ministério das Finanças para a realização deste trabalho em 16 de abril de 2021. Esta Norma exige que o trabalho seja planeado e executado para obter uma garantia razoável de fiabilidade de que o Ministério das Finanças cumpriu, em todos os aspetos materiais, com os requisitos dos parágrafos II e III do Anexo I da Lei, no cálculo do cálculo do Rendimento Sustentável Estimado ("RSE") para o exercício a findar em 31 de dezembro de 2023, e para emitir o nosso relatório. A natureza, o tempo e a extensão dos procedimentos selecionados dependem do nosso julgamento profissional, incluindo a avaliação dos riscos de distorção material no cálculo do RSE, quer devido a fraude ou a erro.

Entendemos que a prova obtida é suficiente e apropriada para proporcionar uma base razoável para a nossa opinião.

Qualidade e independência

Mantivemos a nossa independência e confirmamos que cumprimos com os requisitos do Código de Ética do International Ethics Standards Board for Accountants (IESBA) e que temos as competências e a experiência necessárias para executar este trabalho.

Aplicamos igualmente a Norma Internacional de Controlo de Qualidade 1 (ISQC1) *Controlo de Qualidade para Firmas que Executem Auditorias e Revisões de Demonstrações Financeiras, e Outros Trabalhos de Garantia de Fiabilidade e Serviços Relacionados* e, como tal, mantemos um sistema de controlo de qualidade incluindo políticas e procedimentos documentados relativos ao cumprimento com requisitos éticos, normas profissionais e requisitos legais e regulatórios aplicáveis.

Descrição dos procedimentos realizados

Os nossos procedimentos incluíram:

- ▶ A realização de entrevistas ao pessoal-chave para entendimento do processo de reporte do RSE, incluindo o processo de obter e preparar a informação para o cálculo do RSE.
- ▶ A verificação se os critérios de cálculo foram corretamente aplicados de acordo com as metodologias descritas nos parágrafos II e III do Anexo 1 da Lei;
- ▶ A confirmação, com base numa amostra, que os dados usados para o cálculo do RSE estão de acordo com os da base de dados (ver limitação);

- ▶ A verificação das fórmulas usadas no cálculo do RSE e dos mapas de suporte;
- ▶ A realização de procedimentos de revisão analítica para apoiar na verificação da razoabilidade dos dados usados para calcular o RSE.

Ênfase

O Ministério das Finanças prepara o cálculo do RSE com base nos pressupostos subjacentes de acordo com as disposições dos parágrafos IV e V do Anexo I da Lei. Alguns desses pressupostos têm por base informação previsional fornecida ou obtida junto de terceiros (por exemplo, produção real e prevista e custos reais e orçamentados, através da informação fornecida pelo operador de joint ventures Bayu-Undan field através da Autoridade Nacional do Petróleo de Timor-Leste e a taxa de retorno de longo prazo do Fundo Petrolífero, fornecida por consultores de investimentos independentes) e o nosso trabalho não inclui a verificação da exatidão, plenitude ou validade das informações obtidas de terceiras entidades.

Segurança razoável significa um nível de segurança elevado, mas não absoluto. A segurança absoluta é raramente alcançável como resultado de fatores tais como: o uso de testes seletivos, as limitações inerentes ao controlo interno, o facto de que muitas das evidências que nos foram disponibilizadas serem persuasivas e não conclusivas, e o uso de julgamento profissional na recolha e avaliação de provas e na formação das nossas conclusões com base nessas provas.

Opinião

Em nossa opinião, o Ministério das Finanças cumpriu, em todos os aspetos materiais, com os requisitos dos parágrafos II e III do Anexo I da Lei no cálculo do Rendimento Sustentável Estimado para o ano a findar em 31 de dezembro de 2023. O cálculo apresenta um Rendimento Sustentável Estimado de 490.146.398 de dólares americanos.

Restrições de uso

A informação contida neste relatório é unicamente para uso do Ministério das Finanças, de acordo com a carta compromisso datada de 16 de abril de 2021, com o objetivo de expressar uma opinião se o Ministério das Finanças cumpriu, em todos os aspetos materiais, com os requisitos dos parágrafos II e III do Anexo I da Lei no cálculo do Rendimento Sustentável Estimado para o ano a findar em 31 de dezembro de 2023. Renunciamos a qualquer responsabilidade perante terceiros, para além do Ministério das Finanças, por qualquer fiabilidade neste relatório, ou para qualquer propósito diferente daquele para o qual foi preparado.



Ernst & Young
Perth
Australia



**Building a better
working world**

Ernst & Young
11 Mounts Bay Road
Perth WA 6000 Australia
GPO Box M939 Perth WA 6843

Tel: +61 8 9429 2222
Fax: +61 8 9429 2436
ey.com/au

Sra. Santana J.R.F. Viegas Cardoso
Ministro das Finanças
Torre do Ministério das Finanças, 10.º andar
Aitarak Laran
Dili, República Democrática de Timor-Leste

9 de agosto de 2023

Relatório de Conclusões Factuais para o Ministro das Finanças da República Democrática de Timor-Leste relativas à redução estimada no Rendimento Sustentável Estimado (RSE)

Escopo e propósito

Efetuámos os procedimentos descritos abaixo, que foram acordados com o Ministério das Finanças da República Democrática de Timor-Leste ("Ministério das Finanças") (a "Parte Contratante"), com o objetivo de auxiliar o Ministério das Finanças e o Governo da República Democrática de Timor-Leste ("Governo") a avaliar a exatidão do montante pelo qual o RSE será reduzido, para os anos a findar em 31 de dezembro de 2024 até 31 de dezembro de 2033, em resultado da transferência pelo Fundo Petrolífero de um valor em excesso do RSE para o ano a findar em 31 de dezembro de 2023 em conformidade com a alínea c) do artigo 9.º da Lei n.º 9/2005 do Fundo Petrolífero, de 3 de agosto de 2005, alterada pela Lei n.º 12/2011, de 28 de setembro de 2011 e pela Lei n.º 2/2022, de 10 de fevereiro de 2022, o Orçamento Geral do Estado e o Regime de Gestão das Finanças Públicas ("Lei"). Os relatório de conclusões factuais pode não ser adequado para outro propósito.

Restrições ao uso

O presente relatório destina-se exclusivamente ao uso da parte contratante e não se destina a ser e não deve ser usado por outras partes.

Renunciamos a qualquer responsabilidade perante terceiros, por qualquer perda ou responsabilidade que esses terceiros possam sofrer ou incorrer, decorrente de ou relacionada com ou de qualquer forma ligada com o conteúdo do nosso relatório, da entrega do nosso relatório a terceiros ou a confiança que terceiros depositem no nosso relatório

Responsabilidades da parte contratante

A parte contratante reconheceu que os procedimentos acordados são apropriados para o propósito do nosso trabalho.

Responsabilidades do EY

Nós executamos os procedimentos acordados em conformidade com a Norma Internacional de Serviços Relacionados (ISRS) 4400, Trabalhos para Executar Procedimentos Acordados com Respeito a Informação Financeira. Um trabalho de procedimentos acordados consiste em executar os procedimentos acordados com a parte contratante, e reportar as conclusões, que são os resultados factuais dos procedimentos acordados. Não expressamos qualquer representação sobre a adequação ou a suficiência dos procedimentos acordados descritos abaixo seja para o propósito para o qual este relatório foi solicitado ou para qualquer outro propósito.

O presente trabalho de procedimentos acordados não é uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião ou uma conclusão de segurança razoável. Caso tivéssemos efetuado procedimentos adicionais, outras matérias poderiam ter chegado ao nosso conhecimento que seriam reportadas a V. Exas.

Nossa independência e controle de qualidade

Ao realizar o trabalho de procedimentos acordados, cumprimos com os requisitos de ética no Código de Ética para Contadores Profissionais emitido pelo Conselho Internacional de Normas de Ética para Contadores (Código de Ética). Não precisamos ser independentes para os fins deste trabalho. No entanto, cumprimos os requisitos de independência do Código de Ética que se aplicam a trabalhos de garantia de fiabilidade que não sejam auditoria financeira ou trabalhos de revisão.

A EY aplica a Norma Internacional sobre Controle de Qualidade 1, Controle de Qualidade para Empresas que Realizam Auditorias e Revisões de Demonstrações Financeiras e Outros Compromissos de Garantia de Fiabilidade e Serviços Relacionados e, portanto, mantém um sistema abrangente de controle de qualidade, incluindo políticas e procedimentos documentados em relação ao cumprimento de requisitos éticos, normas profissionais e requisitos legais e regulamentares aplicáveis.

Descrição dos procedimentos realizados

Executamos os procedimentos descritos abaixo, que foram acordados com a parte contratante sobre o montante pelo qual o RSE será reduzido, para os anos a findar em 31 de dezembro de 2024 até 31 de dezembro de 2033, em resultado da transferência pelo Fundo Petrolífero de um valor em excesso do RSE para o ano a findar em 31 de dezembro de 2023.

Nossos procedimentos e conclusões factuais

Os procedimentos foram efetuados exclusivamente com o objetivo de auxiliar o Ministério das Finanças a avaliar a exatidão do montante pelo qual o RSE será reduzido, para os anos a findar em 31 de dezembro de 2024 até 31 de dezembro de 2033, em resultado da transferência pelo Fundo Petrolífero de um valor em excesso do RSE para o ano a findar em 31 de dezembro de 2023. Os procedimentos efetuados e as conclusões factuais são como segue:



Building a better
working world

Procedimentos efetuados	Conclusões factuais
<p>1. Obtenção dos cálculos subjacentes ao apuramento do montante pelo qual o RSE^(Nota 1) será reduzido, para os anos a findar em 31 de dezembro de 2024 até 31 de dezembro de 2033, em resultado da transferência pelo Fundo Petrolífero de um valor em excesso do RSE para o ano a findar em 31 de dezembro de 2023, os quais suportaram o relatório ao Governo elaborado nos termos da alínea b) do artigo 9.1.º da Lei.</p>	<p>Obtivemos os cálculos subjacentes ao apuramento do montante pelo qual o RSE será reduzido, para os anos a findar em 31 de dezembro de 2024 até 31 de dezembro de 2033, em resultado da transferência pelo Fundo Petrolífero de um valor em excesso do RSE para o ano a findar em 31 de dezembro de 2023, os quais suportaram o relatório ao Governo elaborado nos termos da alínea b) do artigo 9.1.º da Lei.</p>
<p>2. Resumo do montante pelo qual o RSE será reduzido para os anos a findar em 31 de dezembro de 2024 até 31 de dezembro de 2033, em resultado da transferência pelo Fundo Petrolífero, em resultado dos cálculos obtidos no procedimento 1.</p>	<p>Resumimos, no Apêndice A, o montante pelo qual o RSE será reduzido, para os anos a findar em 31 de dezembro de 2024 até 31 de dezembro de 2033, em resultado da transferência pelo Fundo Petrolífero de um valor em excesso do RSE para o ano a findar em 31 de dezembro de 2023, em resultado dos cálculos obtidos no procedimento 1.</p>
<p>3. Conciliação da metodologia subjacente aos cálculos obtidos no procedimento 1 com a metodologia adotada no cálculo do RSE para o ano a findar em 31 de dezembro de 2023, de acordo como os parágrafos II e III do Anexo I da Lei previamente obtido pela EY como parte do trabalho de garantia de fiabilidade cujo respetivo relatório foi emitido em 27 de setembro de 2022. Reporte de quaisquer exceções encontradas.</p>	<p>A metodologia de cálculo subjacente aos cálculos obtidos no procedimento 1 estão em conformidade com a metodologia adotada no cálculo do RSE para o ano a findar em 31 de dezembro de 2023, de acordo como os parágrafos II e III do Anexo I da Lei previamente obtido pela EY como parte do trabalho de garantia de fiabilidade cujo respetivo relatório foi emitido em 27 de setembro de 2022. Não foram identificadas quaisquer exceções.</p>
<p>4. Obtenção do valor proposto da transferência do Fundo Petrolífero, que consiste num valor em excesso do RSE calculado pelo Ministério das Finanças para efeitos do Orçamento do Ano Fiscal de 2023 e reconciliação do valor com o cálculo obtido no procedimento 1.</p>	<p>Obtivemos do Ministério das Finanças o valor proposto da transferência do Fundo Petrolífero, o qual ascende a 1.208.194.889 de dólares americanos. Conciliámos o valor da transferência proposta, no montante de 1.208.194.889 de dólares americanos, com os cálculos obtidos no procedimento 1.</p>



Building a better
working world

Procedimentos efetuados	Conclusões factuais
5. Recálculo do montante da redução no RSE, para os anos a findar em 31 de dezembro de 2024 até 31 de dezembro de 2033, em resultado da transferência proposta pelo Fundo Petrolífero de um valor em excesso do RSE para o ano a findar em 31 de dezembro de 2023.	Efetuámos o recálculo do montante da redução no RSE, para os anos a findar em 31 de dezembro de 2024 até 31 de dezembro de 2033, em resultado da transferência proposta pelo Fundo Petrolífero de um valor em excesso do RSE para o ano a findar em 31 de dezembro de 2023. Não foram identificadas quaisquer exceções

Note 1 - o RSE para um determinado ano fiscal é calculado como 3% do valor total estimado do Fundo Petrolífero no final do ano fiscal anterior adicionado do valor presente dos "recebimentos das futuras receitas de petróleo" com base numa taxa de desconto igual à taxa de retorno do investimento futuro do Fundo Petrolífero. Com a término do Acordo de Partilha de Produção do campo Bayu-Undan, os recebimentos das futuras receitas de petróleo foram estimados em 115.2 milhões de dólares americanos para o ano findo em 31 de dezembro de 2023. Os recebimentos das receitas de petróleo foram estimados como sendo nulos nos anos subsequentes. O ESI apurado para o período que terminará a 31 de dezembro de 2023 ascende a 490.146.398 dólares americanos.

Ernst & Young
Perth
9 de agosto de 2023

Apêndice A

A tabela abaixo resume a redução ao RSE para os anos a findar em 31 de dezembro de 2024 até 31 de dezembro de 2033, em resultado da transferência pelo Fundo Petrolífero de um valor em excesso do RSE para o ano a findar em 31 de dezembro de 2023.

RSE para os anos fiscais de 2024 a 2033 assumindo:

	A proposta de transferências do Fundo Petrolífero em 2023 no valor de 1.208.194.889 de dólares americanos	A proposta de transferências do Fundo Petrolífero em 2023 no valor de 490.146.398 de dólares americanos	Redução do RSE
Ano fiscal	de dólares americanos	de dólares americanos	de dólares americanos
31 de dezembro de 2024	470.893.947	492.823.148	(21.929.201)
31 de dezembro de 2025	473.465.028	495.513.962	(22.048.934)
31 de dezembro de 2026	476.050.147	498.219.468	(22.169.321)
31 de dezembro de 2027	478.649.380	500.939.746	(22.290.366)
31 de dezembro de 2028	481.262.806	503.674.877	(22.412.071)
31 de dezembro de 2029	483.890.501	506.424.942	(22.534.441)
31 de dezembro de 2030	486.532.543	509.190.022	(22.657.479)
31 de dezembro de 2031	489.189.011	511.970.200	(22.781.189)
31 de dezembro de 2032	491.859.983	514.765.557	(22.905.574)
31 de dezembro de 2033	494.545.538	517.576.177	(23.030.639)

